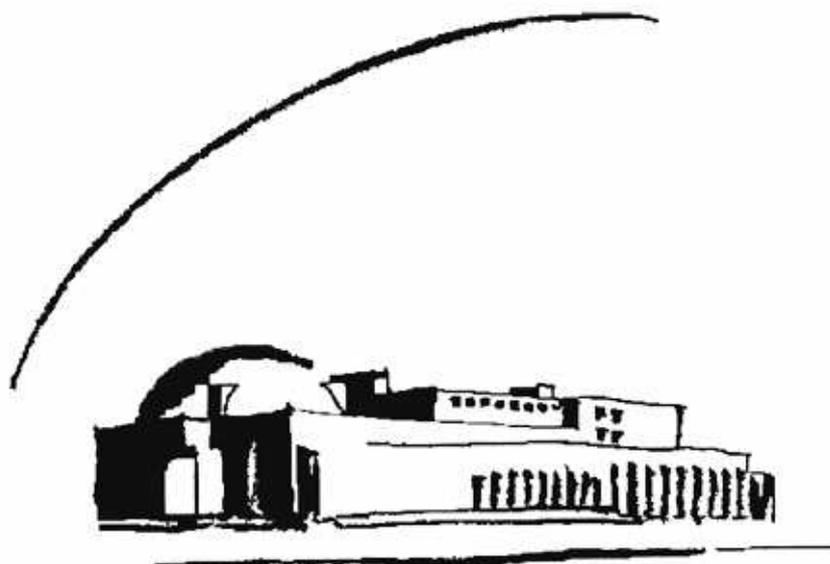


ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2006



Câmara Municipal de Matosinhos

Aprovado pela Câmara Municipal

em

____/____/____

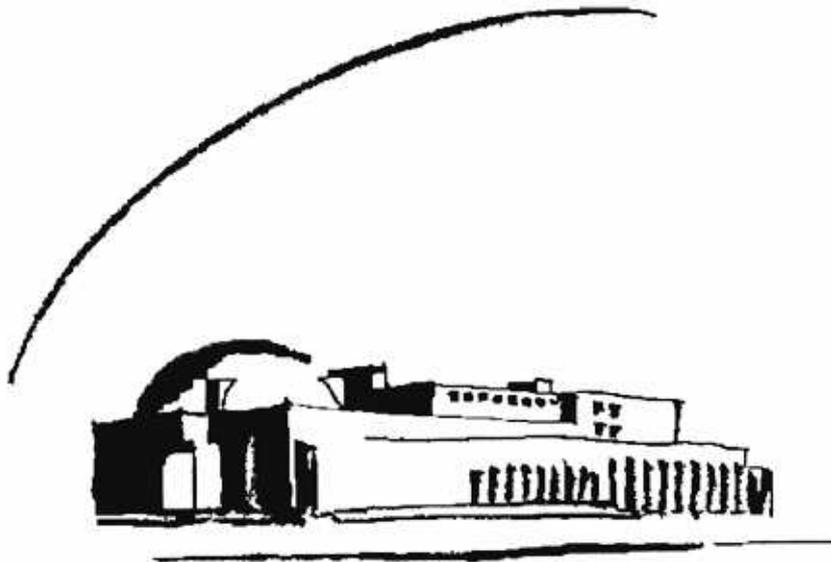
Aprovado pela Assembleia Municipal

em

____/____/____

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006

Introdução



Câmara Municipal de Matosinhos

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006

Introdução

O ano de 2006 é marcado pelo início de um novo mandato, e a acção municipal pautar-se-á pelo cumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral inequivocamente sufragados pelos matosinhenses.

Reafirma-se, hoje, e neste documento esse compromisso:

O compromisso de fazer das pessoas a agenda de Matosinhos;

O compromisso de fazer de todos o objectivo único e o agente de todas as políticas da autarquia;

O compromisso de simplificar a vida às pessoas;

O compromisso de estar perto das pessoas;

O compromisso de valorizar as pessoas;

O compromisso de mobilizar as pessoas.

Ao longo dos últimos mandatos autárquicos, o concelho marcou a agenda cultural e tornou-se exemplo em matéria de solidariedade social, de cooperativismo, de habitação, de ambiente e de educação.

No novo mandato, as pessoas ocuparão, também, a totalidade das preocupações da autarquia.

Simplificando a vida às pessoas.

Tornando a vivência no concelho e na cidade agradável, fácil e acolhedora.

Agradável e acolhedora pela qualificação do território, pela escala humana do seu urbanismo.

É nosso objectivo expandir territórios de bem-estar e cuidar do ambiente urbano. Cuidar cada obra, cada desenho, cada intervenção. O espaço público tem que ser indutor de bem-estar, de excelência. Tem que estimular a fruição e facilitar os gestos do dia-a-dia. Queremos tornar cada

lugar um centro de vida cívica, um novo ponto de encontro, um novo ponto de cidadania e fazer da paisagem um elemento valorizador da vida de todos os dias.

À qualidade de vida que já alcançamos iremos acrescentar o objectivo da Qualidade 100%, cuidando das ruas, dos passeios, dos jardins, do trânsito. Introduzindo maior disciplina nas intervenções na via pública.

Queremos garantir transportes públicos de qualidade.

Pela promoção da expansão do Metro de Superfície no concelho. É necessário que as pessoas do Norte do concelho possam também ter a vida facilitada e que o mesmo aconteça entre a Senhora da Hora e S. Mamede de Infesta. Por isso, o acesso e a qualidade dos transportes públicos vão ser uma das grandes prioridades.

Queremos concluir a revolução viária em curso. Concluir uma revolução que vai encurtar a metade o tempo das deslocações dentro do concelho.

Fazer com que Santa Cruz, Perafita, Leça do Balio, Senhora da Hora, Custóias, Guifões e S. Mamede de Infesta possam usufruir rapidamente do IP4, da via entre o Nó do Aeroporto e o Nó de Custóias, do Nó de Freixieiro a Gonçalves, do Eixo Norte-Sul a partir da Circunvalação.

Queremos aumentar a disciplina e a oferta de estacionamento no concelho. Generalizando os sentidos únicos, encontrando parcerias, em particular nas zonas de restauração da cidade.

Uma palavra especial em relação ao atendimento ao munícipe. É nosso compromisso fazer com que cada cidadão perceba que na Autarquia o mais importante é o acolhimento personalizado, rápido e eficiente. Criar o Gabinete do Cidadão onde se possa aceder, num único espaço, a todos os serviços do município. Fazer de Matosinhos uma cidade digital de rosto humano, estimulando o recurso às novas tecnologias no diálogo entre a Câmara e os cidadãos. Criar o Portal do Cidadão e uma "via verde" para as solicitações por *internet*.

É nosso objectivo, também, simplificar também a vida de quem trabalha na Autarquia.

Crescer em motivação e em confiança. Estimular os nossos funcionários e fazê-los sentir que estar ao serviço dos cidadãos é um trabalho aliciante. Ampliar, também aqui, o uso das tecnologias de informação. Reduzir o recurso ao papel e introduzir o despacho electrónico. Criar incentivos à criatividade e à desburocratização.

Estando perto das pessoas.

Perceber o drama do desemprego e contribuir com a atracção de novos investimentos, a dinamização da economia e o apoio à inserção na vida activa, para que nenhum cidadão seja forçado a desistir.

Acompanhar as condições de vida dos cidadãos mais desfavorecidos e ousar nos programas de incentivo e apoio que caracterizam Matosinhos.

Afirmar que o direito à habitação condigna continuará no centro das nossas preocupações. Intervir nos edifícios degradados, criar condições para que o casco urbano antigo seja devidamente recuperado, impedindo a sua degradação e preservando a memória colectiva.

A nossa política passa também pela mobilização do movimento cooperativo para este esforço de intervenção no tecido social e no tecido urbano e desafiá-lo a novas parcerias que se estenderão à gestão da habitação social.

Criar com as instituições de solidariedade social uma rede de apoio às famílias monoparentais, à maternidade adolescente e aos idosos. Continuar a garantir que ser idoso em Matosinhos é ser cidadão de corpo inteiro, activo, com apoio e reconhecimento social.

Criar uma Universidade Sénior e estimular a participação sénior na vida da comunidade.

Perceber que a mobilidade para os portadores de deficiência é uma responsabilidade de todos. No espaço público, na escola.

O executivo municipal compromete-se a um Matosinhos sem barreiras no período do mandato.

Saber que o rigor financeiro se vai manter na gestão da autarquia como melhor garantia de podermos estar presentes em cada problema da população.

Estimular uma gestão irrepreensível em que cada euro seja aplicado ao essencial.

Valorizando as pessoas.

Matosinhos é dos concelhos com melhor cobertura de rede escolar porque estamos apostados em formar cidadãos mais exigentes, mais conhecedores, mais participativos, mais conscientes.

Assim, estamos empenhados na conclusão a rede de escolas inteligentes e solidárias. Todas as nossas crianças terão acesso à Internet, a bibliotecas escolares, a refeições, a espaços lúdicos.

Abraçaremos com total empenho a introdução do Inglês no ensino básico e avançaremos para a criação de um programa especial de apoio à Matemática.

Valorizar o cidadão, também pelo estimular da prática desportiva, aumentando o número de instalações e os espaços desportivos informais. Fazer com que escola e clubes articulem a formação dos nossos jovens, introduzindo conceito de uso total dos nossos equipamentos desportivos, associativos e educacionais.

Conquistar novos espaços de ensino superior, ser aguerrido e apostar em projectos inovadores.

Garantir às instituições que trabalham em investigação e desenvolvimento que Matosinhos é a melhor aposta e a melhor opção para se fixarem.

Trazer inteligência, abrir novas valências universitárias, particularmente em tudo quanto esteja relacionado com os recursos marinhos.

Mobilizando as pessoas.

É nosso compromisso fazer com que o concelho aja como um todo, irrequieto, determinado, com espírito de conquista.

Matosinhos atrai e atrai, cada vez mais, um conjunto muito qualificado de jovens, de quadros, gente com grande capacidade profissional e vontade de vencer que optou por ser de Matosinhos. É necessário criar ainda mais condições para que todos possam exercer aqui as suas actividades, possam investir, possam crescer.

O objectivo é aproveitar totalmente o excelente capital humano que Matosinhos possui e que atrai todos os dias como a melhor garantia de que vamos continuar a manter Matosinhos numa posição de liderança na actividade económica.

Ousar parcerias público-privadas na gestão e construção de novos equipamentos.

Garantir o desenvolvimento sustentável, afirmando a adesão à Agenda XXI, consumir o ambicioso programa já aprovado e instituir a Agência Ecológica Urbana.

Garantir a constituição de Zonas Empresariais em zonas como Gatões, nas Carvalhas, no Freixieiro e em Santos Dias, zonas viabilizadas, finalmente, pela malha viária nacional.

Garantir que estas zonas sejam uma aposta no incentivo ao desenvolvimento e à ligação em rede de empresas baseadas na tecnologia e no conhecimento.

Vamos estreitar a articulação com as grandes infra-estruturas económicas de mobilidade do concelho, em particular a APDL e o Aeroporto.

Queremos continuar a marcar a agenda cultural do Norte do País.

Manter Matosinhos como um expoente na produção cultural, procurando novos caminhos e novas experiências e apostar decisivamente no Turismo Cultural.

Estamos apostados na rentabilização total dos excelentes espaços culturais que construímos. Do teatro à música, da música erudita à popular, da pintura à política editorial, da escultura às conferências em Matosinhos vai continuar a crescer, por acção da Câmara, um público conhecedor e participativo.

É nosso objectivo reforçar, por essa via, a identidade do nosso concelho e os laços entre antigos e novos Matosinhenses.

Mobilizar cada uma das instituições, as associações culturais, as associações desportivas e as paróquias. Fazer com que o tecido associativo continue a ser o parceiro exigente e profundamente activo das políticas municipais. Fazer da cumplicidade com as instituições um instrumento decisivo.

A criação de ninhos inter-associativos, como forma de envolver e chamar à participação todos os que militam nas instituições da sociedade civil, será um desafio interessante a colocar ao tecido associativo.

Dar aos cidadãos mais espaços de lazer.

Contribuir para a rede de espaços verdes e ecológicos metropolitanos, criando no Monte S. Braz, no Monte Castêlo, no Montedouro e em Picoutos o fecho da rede que já nos permitiu ter um espaço verde fruível a menos de 400 metros da casa de cada cidadão.

O nosso compromisso é fazer das pessoas a agenda de Matosinhos.

Simplificar a vida, estar perto, valorizar, mobilizar as pessoas.

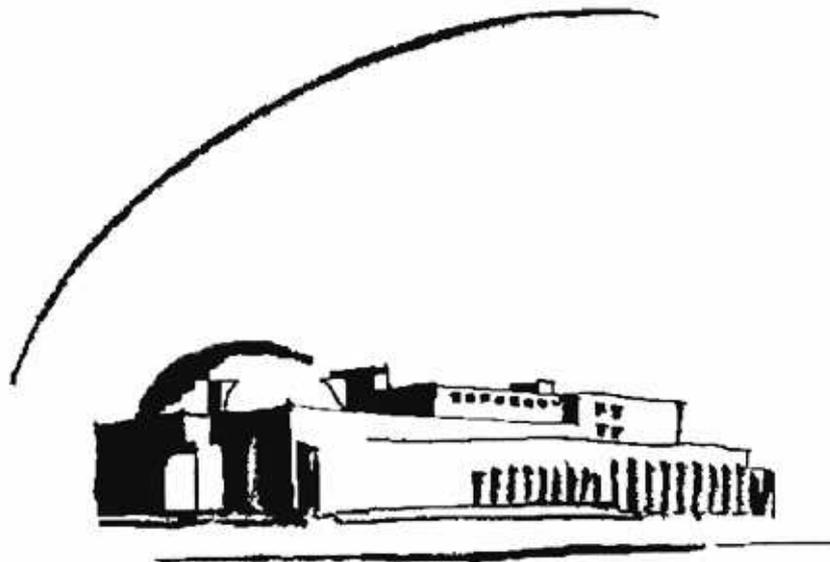
Perceber que um concelho é um organismo vivo e que devemos estar atentos a todas as suas cambiantes e a todas as suas dimensões.

Pensar e sentir a respiração da comunidade para garantir o seu presente e o seu futuro sustentável.

Obviamente que, tratando-se do primeiro ano do mandato, 2006 será marcado pela continuidade dos investimentos em curso e pelo cumprimento dos compromissos assumidos pela autarquia ainda no mandato anterior. Tal não descaracterizará de modo algum a actuação do novo executivo. 2006 será um ano de preparação da actuação municipal ao longo dos quatro anos de mandato, de elaboração de novos projectos, de afinação das políticas municipais. Será também um ano em que se faz um forte investimento ao nível da modernização administrativa e ao nível das novas tecnologias preparando adequadamente os desafios do novo mandato.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006

Áreas de Actividade Municipal



Câmara Municipal de Matosinhos

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

O papel crescente da comunicação nos dias que correm leva-nos a inovar constantemente nos meios de veiculação da informação a ser prestada aos munícipes e aos utentes dos serviços urbanos. É, pois, imperioso lutar contra a inércia, a falta de criatividade, o cansaço visual da imagem, a apatia e o marasmo daí decorrentes.

Este novo mandato inicia-se, assim, com o processo de criação de uma nova imagem para o Município, susceptível de reflectir a capacidade de renovação e o dinamismo da Câmara Municipal. O novo logótipo e a imagem corporativa da autarquia deverão trazer novos conceitos visuais que valorizem os seus atributos fundamentais, devendo transmitir uma imagem viva, dinâmica e moderna.

A política de imagem é prioridade neste Departamento. Estamos a incluir a este nível todos os serviços de trabalhos especializados, design, concepção e produção de campanhas publicitárias, onde poderão ser desenvolvidos diversos materiais de comunicação com vista à divulgação de iniciativas, investimentos e serviços do nosso Concelho.

A Revista Municipal tem particular destaque na nossa actividade pela importância da publicação e pela capacidade de mostrar aos munícipes, em linguagem clara e concisa, as principais actividades levadas a cabo pelo executivo municipal e os principais eventos que decorrem no concelho.

A aproximação aos munícipes e a melhoria do seu relacionamento com os serviços municipais são um dos principais objectivos da autarquia. Nesse sentido, destacamos a forte aposta do executivo municipal na criação de uma nova estrutura - o Gabinete do Munícipe - que funcionará nos Paços do Concelho através da implementação de um *Front-Office* onde, único espaço, se possa aceder a todos os serviços do município numa filosofia amiga do cidadão. Esta iniciativa fará com que cada um perceba que na autarquia o mais importante é o acolhimento personalizado, rápido e eficiente e que fará o cidadão sentir que a sua participação conta de facto, motivando-o a apresentar os seus problemas e as suas sugestões para a correcção das deficiências da vida da cidade.

Ainda no que concerne ao atendimento ao munícipe, destaca-se a Loja do Cidadão em S. Mamede de Infesta e os Postos de Atendimento ao Cidadão, estruturas já montadas e em pleno funcionamento e que beneficiarão do salto qualitativo que será dado ao nível do atendimento ao cidadão nos paços do concelho e da evolução.

Esta experiência ditará o futuro de toda a política de atendimento ao munícipe e de descentralização de serviços.

Realça-se, ainda, a implementação de um serviço que se destaca pela inovação e pela originalidade: a **Presidência online**. Durante cerca de uma hora por semana, o Presidente da Câmara responde pessoalmente aos cidadãos através das novas tecnologias com instrumentos como o *chat* e a videoconferência.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Uma das determinações do executivo municipal é a melhoria das condições do atendimento aos munícipes a melhoria de qualidade dos serviços prestados pela autarquia. É, assim, fundamental que o esforço na desburocratização e na modernização administrativa se intensifique para que os serviços camarários estejam preparados, ao nível do equipamento e da formação dos recursos humanos, para acompanhar as crescentes necessidades de informação e o incremento do número de solicitações à autarquia.

Este esforço de desburocratização passa pela certificação da qualidade dos serviços municipais. O processo inicia-se na elaboração do manual de procedimentos internos da autarquia, com o desenho e a definição dos *timings* da tramitação dos processos e, depois, na sua implementação. Este desafio da certificação permitirá, de modo ainda mais eficaz, monitorizar a gestão da autarquia e avaliar periodicamente a satisfação dos munícipes face aos serviços prestados pela Câmara Municipal de Matosinhos.

A este nível foram já dados passos importantes durante o anterior mandato ao nível da formação adequada dos recursos humanos durante o ano de 2005 e o início da elaboração do manual de qualidade. Tais passos permitirão perspectivar a implementação do **Sistema de Gestão da Qualidade** para todos os serviços municipais. Este objectivo para o mandato será acompanhado pelo investimento na implementação do sistema de **Gestão Documental** que permitirá poupança de recursos associada a uma monitorização mais eficaz de todos os processos e uma maior rapidez no tratamento das questões que envolvem a autarquia.

É portanto necessária uma revisão profunda do *modus operandi* dos serviços da Câmara, sendo que algumas das ferramentas foram já testadas durante o ano de 2005.

Há, igualmente, necessidade da modernização da própria estrutura do Município em termos de serviços não presenciais prestados. Além de uma simplificação no atendimento presencial destinada a todos os utentes, é também necessário apostar num melhor serviço de atendimento telefónico e Internet, evitando eventuais deslocações necessárias.

Como principais medidas para 2006 destacam-se:

- Estabelecimento de novos circuitos nos processos internos da autarquia (nomeadamente ao nível da Gestão de Obras Particulares) permitindo que todo o sistema seja exequível sem recurso a papéis, excepto quando a legislação assim o obrigar.
- Implementação de sistemas de consulta de projectos na Internet.
- Implementação de um Sistema de Atendimento Vocal (semelhante ao utilizado nos bancos) para atendimento aos munícipes
- Alteração completa de todo o processo de expediente, com controlo central e digitalização directa nos postos de atendimento.
- Certificação de Qualidade na norma ISO 9001 da DMTIMAM, DMAT e DRH, arranque do processo na DMOASU e DJ.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Após o investimento ao nível dos equipamentos postos ao serviço dos funcionários e do equipamento da rede informática da autarquia, urge a **remodelação dos servidores** que dão suporte a toda a actividade.

Para além da renovação dos servidores, prevê-se o estabelecimento da **Rede Camarária de Banda Larga**, permitindo a todos os serviços o acesso em tempo real às bases de dados centrais em condições de segurança e velocidade e a rentabilização imediata desta infraestrutura pela utilização dos processos de digitalização e gestão documental em instalação.

Como principais medidas para 2006 destacam-se:

- Implementação de linhas de "banda larga" para todos os serviços da CMM, algumas dedicadas aos Paços de Concelho, outras utilizadas através de VPN com o mesmo local.
- Implementação do sistema de Gestão Documental e respectivos processos de *workflow* no sistema de correio electrónico.
- Implementação de sistema de aprovação de facturas electrónico.
- Substituição de todos os servidores dos Paços de Concelho.
- Implementação de um sistema compras electrónicas (aprovação electrónica, requisição electrónica e qualificação de fornecedores).
- Criação e implementação de "*disaster recovery plan*", permitindo a transferência de todos os serviços para instalações alternativas. Em caso de catástrofe será possível retomar o atendimento ao público num período razoável (72 horas) nos processos já informatizados.

RECURSOS HUMANOS

Numa sociedade em constante mudança e cada vez mais exigente, a Administração Pública tem que fazer as necessárias adaptações ao meio envolvente através da adopção de novas referências e novos modelos de gestão. Este processo de adaptação às novas necessidades e expectativas dos cidadãos é um processo ininterrupto e passa pelo desenvolvimento do capital humano das organizações.

A melhoria contínua do desempenho dos recursos humanos constitui um objectivo permanente deste município. A flexibilidade e inovação permitem responder mais rapidamente às novas oportunidades e, neste sentido, os funcionários desempenham um papel primordial uma vez que os mesmos são a essência do município e o seu total empenhamento leva a que as suas capacidades sejam canalizadas em benefício desta organização.

O desenvolvimento de estratégias e adopção de novas metodologias de Gestão de Recursos Humanos tem como objectivo envolver os diversos níveis hierárquicos e abranger todos os serviços.

A Formação Profissional, sendo um factor determinante na qualificação e motivação dos trabalhadores da autarquia, tem em vista a aquisição e desenvolvimento de capacidades e competências que possibilitam a adopção dos comportamentos adequados ao desempenho profissional e à valorização pessoal e profissional. O Diagnóstico de Necessidades de Formação visa a identificação de necessidades específicas de formação. Este levantamento encontra-se a decorrer em colaboração com uma entidade externa uma vez que se pretende que o mesmo seja feito de forma exaustiva e objectiva, sendo este projecto totalmente financiado pelo programa comunitário FORAL. À semelhança do já realizado, a avaliação do impacto da Formação Profissional constitui um objectivo na medida em que permite a identificação das falhas e, conseqüentemente, possibilita a reorganização dos procedimentos.

Ao nível das condições de trabalho pretende-se dar seguimento às actividades iniciadas no ano anterior, como seja o Gabinete Médico e a Avaliação de Riscos Profissionais. As acções de formação e sensibilização na Higiene e Segurança no Trabalho terão um papel importante uma vez que se aposta na diminuição dos acidentes em serviço através da implementação de um plano de intervenção nesta área.

De forma a dar uma resposta mais eficaz e eficiente aos nossos funcionários e munícipes é imprescindível investir na melhoria do atendimento interno e externo através da promoção de competências ao nível do conteúdo do atendimento que permitam uma avaliação do atendimento prestado e construção de um sistema integrado de resposta.

O desenvolvimento dos recursos humanos apenas é atingido através da aposta na qualidade dos serviços, gestão de competências, planeamento de recursos humanos, formação profissional, mudança organizacional e adaptação da cultura organizacional ao meio envolvente.

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

A sistematização de informação pertinente, fiável e actual, referenciada a um nível territorial ao nível das pequenas áreas em que se projectam os problemas quotidianos dos cidadãos, é um recurso crucial para o conhecimento da realidade local e para suporte à tomada de decisão autárquica na procura de resposta a esses problemas. O combate à pobreza e exclusão social, a prevenção da criminalidade, a provisão de habitação, a assistência à população idosa, a prestação de serviços escolares básicos, o acesso à cultura e à prática desportiva, a qualificação do espaço urbano, a gestão da mobilidade são exemplos de problemáticas que exigem um rigoroso e abrangente sistema de informação de vizinhança.

A afirmação dos princípios da governância urbana e da participação dos munícipes na vida pública e nas decisões de desenvolvimento local pressupõe a disponibilização de meios para o acompanhamento e avaliação de impactos das políticas públicas, a existência de elementos de facilitação do acesso da população aos equipamentos sociais e serviços municipais, bem como a difusão universal de informação de natureza económica e social caracterizadora dos espaços de vida dos cidadãos no território municipal.

A continuação do desenvolvimento metodológico do **Sistema de Informação Local de Matosinhos** (SILM) é, neste contexto, um objectivo de importância prioritária para o ano 2006. Pretende-se que este projecto constitua um recurso de gestão eficiente dos processos de recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação estatística relevante sobre o município. A sua implementação propiciará uma base informativa coerente para a realização de estudos sobre o município e a produção de indicadores de avaliação de impacto dos programas e políticas municipais. A sua ancoragem no sistema de informação estatística oficial de âmbito municipal é um factor de rigor e fiabilidade. Para além desta fonte de informação, procurará ainda integrar complementarmente outras fontes de informação administrativa relevantes, como as dos próprios serviços autárquicos, bem como de outras entidades presentes no município.

A existência de dados informativos sobre a realidade municipal não é contudo suficiente. É essencial transformar essa informação em conhecimento, valorizando-a pelo estudo e pela produção de elementos de ajuda à sua interpretação e explicação. Assim, pretende-se em 2006 dar continuidade ao processo conceptual para a criação de um **Observatório do Quadro de Vida Local**. Este deverá constituir um fórum institucional privilegiado de debate e estudo sobre a realidade da vida municipal, em diversos ângulos, como o ambiental, o social, o da actividade económica e o da gestão e desenvolvimento do território. O desenvolvimento de estudos é uma das linhas de acção a realizar neste quadro, o que constituirá um contributo decisivo para a valorização da informação disponível sobre o município. Igualmente relevante será a elaboração de produtos de divulgação de dados sobre o município adaptados aos diferentes perfis de cidadãos que vivem ou visitam Matosinhos.

Enquanto espaço de debate e reflexão, o observatório do quadro de vida local constituirá um factor de envolvimento e participação da comunidade local. Será um contributo efectivo para a afirmação dos valores da cidadania do conhecimento. Em particular, a escola constituirá uma das parcerias mais activas. Projectos educativos de estudo sobre o município direccionados para o despertar do interesse dos estudantes dos primeiros níveis de ensino serão incentivados. Igualmente, se preconiza, a criação de uma carteira de projectos de estudo e de investigação, enquadráveis nas actividades das universidades e centros de investigação científica da região metropolitana.

A cooperação nacional e internacional no domínio de iniciativas de inovação e desenvolvimento e o intercâmbio de experiências e boas práticas abre excelentes perspectivas na possibilidade de realização de estudos e da produção de soluções metodológicas de resposta eficiente a problemas comuns com que são confrontadas a generalidade das autarquias europeias. Neste âmbito está prevista para 2006 e 2007 a participação em duas redes de cooperação europeia para a inovação e o desenvolvimento: o projecto SUDEST e o projecto IMAPS.

O projecto **SUDEST** (*Sustainable Development of Sea Town*) é um programa apoiado pela iniciativa comunitária URBACT aplicado à problemática da sustentabilidade ambiental e coesão social das cidades portuárias. O objectivo principal é o de analisar o processo de regeneração urbana dos espaços urbano-portuários, nas vertentes física, económico-social e dos instrumentos de gestão.

Com uma duração prevista de cerca de dois anos (Junho de 2005 a Março de 2007) pretende-se, no contexto das cidades portuárias de Nápoles e Livorno, em Itália, de Bastia e Le Havre, em França, de Istambul, na Turquia, bem como de Matosinhos e Porto (em parceria da CMM, da APDL, da Porto Vivo e da Faculdade de Arquitectura), estudar e confrontar as dinâmicas de transformação e desenvolvimento da envolvente urbana dos respectivos espaços portuários, trocar experiências sobre metodologias e programas de cooperação entre as autoridades autárquicas e portuárias e criar condições apropriadas para capitalizar e transferir conhecimento relativo à integração de programas e actividades das autoridades de gestão dos espaços urbano-portuários, tendo em vista a regeneração e qualificação urbana e o desenvolvimento sustentável do território.

O projecto **IMAPS** (Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias), é uma iniciativa comunitária financiada pelo INTERREG IIIC que visa a criação e dinamização de uma rede europeia de cooperação no âmbito da gestão de riscos civis e ambientais nas zonas litorais e portuárias.

Partindo de um diagnóstico da situação actual da UE em matéria de factores de riscos civis e ambientais associados às actividades industriais e portuárias, das metodologias de gestão de riscos e de gestão ambiental em vigor em diversas cidades portuárias europeias e da análise de

coerência e integração entre a regulamentação comunitária e nacional e do respectivo ajustamento e aplicabilidade à realidade concreta, pretende-se contribuir, no plano comunitário, com novas soluções metodológicas, com recomendações de âmbito normativo e com a elaboração de consequentes planos de acção regionais e inter-regionais.

A rede de cooperação IMAPS envolve, na fase actual de concepção e desenvolvimento, cidades portuárias dos seguintes países europeus:

- Portugal (representado pelo município de Matosinhos através da Câmara Municipal e pelo Instituto de Águas da Região Norte);
- França (representada pela região de Brest, através da Comunidade Urbana de Brest, e que lidera o projecto, pelo Technopôle Brest Iroise e pelo Service Departmental Incendie et Secours di Finistère);
- Itália (representada pelo município de Tarento através da respectiva Câmara Municipal e da Autoridade Portuária);
- Roménia (representada pelo município de Constantza através da respectiva Câmara Municipal e da Universidade);
- Espanha (representada pela Província de Cadiz através do respectivo Governo Provincial e da Universidade);
- Inglaterra (representada pela Ilha de Wright através da respectiva Câmara Municipal).

Os valores do desenvolvimento sustentável, resumidos no princípio geral de que o desenvolvimento económico e social tem por objectivo satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades, entraram há várias décadas na agenda política internacional, sobretudo após a declaração do Rio de Janeiro, em 1992, durante a Cimeira da Terra organizada pelas Nações Unidas.

Na implementação da Agenda 21 é determinante o estabelecimento de parcerias entre entidades governamentais e não-governamentais. Um dos pré-requisitos fundamentais é o do envolvimento e participação dos chamados grupos principais. Um dos mais importantes são as autarquias locais, que protagonizam um papel determinante na definição e implementação dos planos de acção municipais para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 Local.

A Agenda 21 Local é definida pelas autarquias de cada município em cooperação com os demais agentes locais e cidadãos que aí residem, trabalham ou estudam. *Cada Autoridade Local deverá dinamizar o diálogo com os cidadãos, organizações locais e empresas privadas com vista à adopção de uma "Agenda 21 Local".*

Pretende-se a adesão em Matosinhos de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável que constitua um efectivo instrumento de orientação para definição das políticas públicas municipais

e de implicação dos cidadãos, das empresas e organizações locais com uma visão e valores comuns.

Será assim dado início, em 2006, à elaboração de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Matosinhos** tendo como referencial metodológico a Agenda 21 Local, trabalhos que se prolongarão ao longo do mandato. Na primeira fase prevê-se realizar o levantamento, estudo e caracterização da situação, o diagnóstico estratégico e a elaboração de um documento preliminar para discussão institucional e pública do diagnóstico estratégico e a elaboração de um documento final incorporando os contributos desse debate. Em fases posteriores prevê-se desenvolver os esforços para consensualizar uma visão de desenvolvimento municipal e a fixação de planos de acção, bem como a dinamizando da respectiva discussão institucional e pública, e da concepção de um sistema de monitorização e avaliação de impactos.

O plano estratégico deverá cobrir um largo espectro de acções e eixos de desenvolvimento, organizando-se em torno dos seguintes domínios:

- **Ambiente e paisagem** (respeitante a objectivos e acções relacionadas com a preservação da natureza e da biodiversidade, a protecção do meio ambiente, a gestão sustentável dos recursos naturais e a gestão sustentável dos resíduos)
- **Ordenamento do território e mobilidade** (respeitante ao ordenamento, gestão e desenvolvimento sustentável do território nas vertentes do uso dos solos e subsolos, da ocupação multifuncional e da rede de fluxos de pessoas, bens e serviços)
- **Desenvolvimento económico** (respeitante a objectivos e acções relacionadas com a regulação, ordenamento e desenvolvimento da actividade económica, com a promoção de padrões de produção eco-eficientes e na valorização das tecnologias limpas, com o encorajamento da responsabilidade social e ambiental das empresas e com o desenvolvimento de práticas e comportamentos de consumo sustentável, designadamente nos hábitos de consumo de energia e água e da produção de resíduos)
- **Sociedade e cultura** (respeitante a objectivos e acções relacionadas com a justiça social e a equidade geracional nos planos local, nacional e global, nomeadamente na erradicação da pobreza, na sustentabilidade das dinâmicas demográficas, da protecção e promoção da saúde e da segurança civil, da inclusão pela educação, cultura e conhecimento, do desenvolvimento da empregabilidade e qualidade do trabalho, e da promoção da criação e inovação culturais)
- **Participação e governância (respeitante ao modo de regulação, valores, normas, procedimentos e formas de implicação, envolvimento e responsabilização dos cidadãos e agentes locais no processo de decisão e de gestão relativos ao desenvolvimento local).**

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em 2006 será dada continuidade ao processo de ampliação e remodelação do nosso parque escolar, nomeadamente Jardins de Infância (JI`s) e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (EB1`s), continuando a transformá-los em equipamentos com todas as condições para desenvolvimento de um ensino-aprendizagem de qualidade, a tempo inteiro, com serviço de refeições e prolongamento de horário, com oferta de variadas actividades extra-curriculares, incluindo o Inglês, a Educação Física e a Expressão Motora.

O processo em curso visa disponibilizar escolas inteligentes e completas, com refeitórios, bibliotecas, salas de informática com acesso à internet em banda larga, salas polivalentes, etc. Estão em fase de conclusão as obras dos jardins-de-infância do Monte da Mina (Leça do Balio) e das Farrapas (Perafita) que entrarão de imediato em funcionamento, permitindo-nos alcançar as 63 salas de pré-escolar no Concelho.

Encontram-se em fase de adjudicação os seguintes investimentos: EB1 Padre Manuel Castro, em S. Mamede de Infesta (8 salas do 1º Ciclo), EB1/JI de Cabanelas, em Lavra (4 salas do 1º Ciclo e 2 salas de pré-escolar), EB1 de Santiago, em Custóias (8 salas do 1º Ciclo) e EB1/JI de Quatro Caminhos, na Senhora da Hora (6 salas do 1º Ciclo e 1 sala de pré-escolar). Todos serão "escolas completas", mais uma vez dotadas dos equipamentos necessários ao seu bom funcionamento.

Ao longo de 2006, serão desenvolvidos os procedimentos necessários ao lançamento de novos empreendimentos, dos quais se podem destacar os seguintes: EB1/JI do Sobreiro, na Senhora da Hora, EB1 de Angeiras, em Lavra, EB1 do Corpo Santo, em Leça da Palmeira, JI de Custóias n.º 1, em Custóias, JI de Florbela Espanca (refeitório), em Leça da Palmeira, EB1/JI de Quinta de S. Gens, na Senhora da Hora, EB1/JI de Leça da Palmeira-Norte (criação), em Leça da Palmeira, EB1JI da Lomba, em Guifões, EB1 da Igreja Velha (refeitório, biblioteca e sala polivalente), em S. Mamede de Infesta, EB1/JI das Ribeiras, em Perafita, EB1/JI de Monte Ramalhão, em Guifões) e Escola de Música Óscar da Silva, em Matosinhos.

Continuará a ser dado apoio ao programa de introdução do ensino de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico, em funcionamento, abrangendo a totalidade dos alunos dos 3º e 4º anos (cerca de 3100).

O Conselho Municipal de Educação encontra-se já em funcionamento, tal como o processo de elaboração da **Carta Educativa** que, a nível municipal, é o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico (artigo 10º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

Trata-se de intervir no ordenamento da rede educativa e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projecto de desenvolvimento dos cidadãos e das comunidades, permitindo indicar, de forma sustentada, novas escolas a construir, bem como remodelações/ampliações a executar.

Durante o ano a que respeita o presente Plano, lançar-se-á um sistema de **manutenção programada de equipamentos educativos**, visando dar maior eficácia a este serviço fundamental.

A partir das conclusões do estudo das causas do insucesso escolar nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, concluído em finais de 2005, serão lançadas as medidas consideradas necessárias à minimização daquele flagelo, com consequências sociais tão graves.

Em diálogo com as 10 Comissões Sociais de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, DREN, Núcleo das Associações de Pais de Matosinhos e Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos serão dados passos para criar as condições necessárias ao estabelecimento de uma rede de Cursos de Educação e Formação no Município que responda, eficazmente, às necessidades inventariadas.

No campo da Acção Social Escolar, continuar-se-á a expandir os apoios concedidos na aquisição de livros e materiais, transportes escolares e oferta de refeições. No que se refere a esta última, é de salientar que a nossa oferta já cobre mais de 80% dos alunos do Concelho, usufruindo deste serviço cerca de 3000 alunos por dia, dos quais cerca de 60% do escalão A (refeições grátis).

JUVENTUDE

A multiplicidade de *juventudes* implica um trabalho exploratório intensivo, na busca de uma programação cada vez mais diversificada, rica e atractiva. É através da **multiplicidade**, pluralidade e heterogeneidade de gostos e apetências, que se forma a base de actuação que anualmente se apresenta, tendo constantemente a preocupação em investir nas vertentes da **Formação, Informação, Animação**, bem como na ocupação dos tempos livres e na divulgação de acções de solidariedade e voluntariado, numa lógica inter-actuante.

Os jovens exigem que as políticas, para além de terem em conta a realidade global, considerem a sua realidade local, não descurando a heterogeneidade de género, idade, etnia e de circunstâncias sociais, económicas e culturais, que os diferenciam, com a perspectiva dos desafios de futuro.

Procura-se uma conjugação equilibrada das iniciativas de **formação** e de **entretenimento**, na sua vertente lúdica. Se as primeiras formam e alargam públicos para as actividades que exigem

maiores recursos, as segundas vão de encontro às novas formas do imaginário juvenil, estimulando a criatividade e a imaginação.

Este é o repto para o ano de 2006, e que implicará o protagonismo activo dos jovens, através da implementação de uma estratégia de envolvimento da população juvenil, consubstanciado no papel do Conselho Consultivo da Juventude, visando a interpenetração: da diversidade, da descentralização e da dinamização, de acordo com as suas necessidades e expectativas.

Pretende-se, também, ao longo deste ano, potenciar os serviços oferecidos pelas Casas da Juventude, reconhecidas como alicerces indispensáveis para o desenvolvimento multidisciplinar, ao nível social, económico e cultural, dos seus utilizadores. Como tal serão oferecidos novos conceitos com vista à solidificação e implementação de projectos de intervenção juvenil, pretendendo-se que estes constituam cada vez mais espaços de entreaajuda entre os jovens, de incentivo ao espírito de equipa, e que incutam o sentimento de que todos os contributos são importantes.

Serão privilegiados os espaços de suporte para a resolução de problemas e de desenvolvimento de competências (**Centro de Atendimento e Orientação Juvenil**); intensificados os momentos dedicados à política promoção de informação e formação dos jovens no que refere à sexualidade (**Centro de Atendimento a Jovens**), alimentação, saúde e todo o tipo de dependências, tendo como principal preocupação contribuir para a preservação da saúde, criando formas de apoio directo a grupos de jovens em risco (**Clube da Saúde Juvenil**). Também a dinamização de projectos ocupacionais com vista à promoção e integração comunitária dos jovens, actuando ao nível do desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais de preparação para o futuro, cada vez mais marcado pela competição e pelo grau de exigência (**Projecto Aprender a Ser**) e contribuir para a integração dos jovens na sociedade, procurando prestar uma informação permanente para sobre o mercado do trabalho (**UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa**).

Prossegue indiscutível a aposta na dinamização das acções relacionadas com a música Jazz, através da décima edição do **Festival Internacional**, cuja projecção é amplamente referenciada nos mais diversos enquadramentos culturais, bem como toda a programação que lhe está associada, designadamente através dos programas **Jazz desce à cidade, Jazz vai à escola, Jazz para todos, Jazz do Pai Natal e a Orquestra de Jazz de Matosinhos**. Outra das áreas em que é dada particular relevância é a animação, com recurso a acções de rua, especialmente, na época balnear, perspectivando-se um conjunto de iniciativas de grande envergadura. Paralelamente, outros eventos, tais como os concertos nos diferentes estilos musicais – *hip-hop*, latina, *Chillout*, R'B, os ateliers e *workshops* inseridos no programa da Casa dos Sonhos, irão surgir como espaços onde os jovens poderão expressar os seus talentos e

aspirações, direccionando-se a aposta para áreas tão diversas como formação profissional e emprego, voluntariado, desporto, teatro, dança, moda, ocupação de tempos livres.

ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Saúde

A política da Autarquia no âmbito da saúde tem sido de parceria com a Unidade Local de Saúde, pese embora a competência para promover acções neste domínio seja da responsabilidade da Administração Central. Ao longo dos anos tem-se procurado colaborar de forma a criar uma rede de equipamentos de cuidados de saúde, designadamente através da disponibilização de edifícios e terrenos, bem como no desenvolvimento de projectos.

A autarquia tem ainda em curso um conjunto de programas que desenvolve em parceria com diversas entidades da área, de que se destacam o Programa de Rastreio do Cancro da Mama e do Colo do Útero em parceria com a ULS de Matosinhos e com a Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Projecto Auto-Estima.

Outra das áreas prioritárias de intervenção da Câmara tem sido a da toxicodependência, prosseguindo-se no ano 2006 o trabalho realizado Plano Municipal de prevenção do Uso/Abuso de Drogas. No que concerne à prevenção primária do uso/abuso de substâncias psicoativas, tem sido preocupação da autarquia aliar a investigação à prática, desenhando os projectos a partir do conhecimento aprofundado acerca dos contornos que a problemática assume na realidade local.

Apostando no desenvolvimento de estratégias orientadas para a promoção de competências de vida e de participação dos diferentes actores sociais dar-se-á continuidade a projectos de parceria com instituições de intervenção local, como a ADEIMA no projecto "SPID – Sente, Participa, Investe e Desenvolve".

O Plano Municipal prevê ainda a continuidade do "Projecto Metas" cujo objectivo é a redução de riscos e minimização de danos.

Igualmente a questão do alcoolismo merece uma atenção especial, prevendo-se, por isso, a continuidade do Estudo sobre Alcoolismo encomendado à Faculdade de Psicologia do Porto e o desenvolvimento de actividades em articulação com o Centro Regional de Alcoologia do Porto.

No que toca ao apoio a instituições a autarquia tem protocolos com a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, Associação de Doentes com Lúpus, Associação Portuguesa de Paramiloidose, Associação dos Familiares e Amigos dos Doentes do Hospital Magalhães Lemos, Associação de

Planeamento Familiar e Associação portuguesa de Osteoporose, com quem pretende continuar a desenvolver actividades em parceria, de apoio aos seus associados e à população em geral.

População com necessidades especiais

Por população com necessidades especiais entende-se a população idosa, as crianças e os cidadãos portadora de deficiência.

Relativamente à população idosa, em 2006, pretende-se manter a colaboração estreita que de forma continuada se vem desde há vários anos a estabelecer com as instituições sociais de apoio aos idosos. Em concreto, será dada continuidade às actividades que regularmente são organizadas conjuntamente, como a Semana da Primavera, a Colónia Balnear, a Semana do Idoso e a Festa de Natal, bem como o apoio dado às instituições para a promoção de actividades (música, dança, ginástica, natação). O Cartão Matosinhos Sénior continuará a ser desenvolvido, possibilitando deste modo o acesso a diversas iniciativas do município, bem como o desconto nas piscinas municipais.

Na infância será dada continuidade às práticas de cooperação com as instituições sociais ligadas à infância, designadamente no financiamento dirigido à realização aos equipamentos.

A problemática de deficiência irá igualmente ser alvo de atenção, concretamente no que se refere ao apoio ao desenvolvimento de actividades de desenvolvimento psicossocial.

Situações de Risco

No domínio das situações de risco a prioridade da autarquia vai para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Matosinhos (CPCJ-M) e para o trabalho de parceria com a ADEIMA.

No que se refere à CPCJ – M, a autarquia apoia e acompanha de perto o trabalho desenvolvido, tendo inclusive destacadas duas técnicas superiores neste serviço, nomeadamente em problemas familiares, como a negligência, o absentismo e o abandono escolar precoce.

O trabalho de parceria com a ADEIMA será um trabalho que se pautará pela continuidade que os projectos de intervenção social, nomeadamente no domínio da exclusão social, necessitam para que possam ser sentidos resultados. Estes projectos tocam domínios considerados prioritários, como seja a formação, a empregabilidade, educação, acção social, em população sinalizada como sendo carenciada e vulnerável.

Em 2006 pretende-se definitivamente abrir um Apartamento SOS, através do qual se pretende dar resposta temporária a famílias e/ou indivíduos em situação de sem abrigo temporário ou sem retaguarda institucional e familiar.

Empregabilidade

Cada vez mais a articulação estreita e trabalho em parceria com as UNIVA`s (Unidade de Inserção na Vida Activa do Centro e Emprego de Matosinhos) permitiu dinamizar activamente

as actividades que visam colmatar as necessidades da população desempregada, assim como rentabilizar os recursos locais disponíveis.

A recolha e troca de informação torna-se mais agilizada através destas estruturas que permitem uma actuação mais concertada, atendendo aos recursos e necessidades locais, adoptando uma abordagem plurisectorial orientada pelos mesmos objectivos.

A Câmara Municipal de Matosinhos pretende continuar a contribuir, para programas nacionais e comunitários de combate ao desemprego, com o desenvolvimento de novas ideias e metodologias de intervenção social.

Pretende-se desenvolver iniciativas que favoreçam o alargamento da base de participação e implicação dos cidadãos, a adopção de um programa municipal de acordo voluntário para a responsabilidade social das empresas e a intensificação da cooperação inter-institucional, na procura de novas respostas para a problemática da empregabilidade, para a integração dos eixos da formação, qualificação e emprego e para a dinamização da bolsa de emprego local.

No âmbito do projecto IRVA (Inserção Real na Vida Activa), pretende-se proceder à disseminação do Atendimento Integrado e Portal Digital. Quanto ao 1º, é entendido como uma nova metodologia de intervenção, cujos princípios passam pelo trabalho em parceria, assim como a utilização de uma abordagem multidimensional, da territorialização e da participação.

O Atendimento Integrado, procura minimizar problemas, nomeadamente a insuficiente articulação entre instituições, a centralização e serviços de atendimento, a duplicação da intervenção técnica, a morosidade da abordagem sectorial. Neste sentido, pretende-se criar respostas de carácter integrado, otimizar recursos ao nível do atendimento e reduzir o tempo de espera entre a realização do diagnóstico e as respostas aos problemas identificados.

O Portal Digital é entendido como uma plataforma de comunicação entre técnicos, entidades empregadoras e população desempregada, mas também permite a disponibilização de elementos facilitadores da inserção profissional, como a bolsa de emprego e de formação.

O programa Progride – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento surge no âmbito da Rede Social cujos objectivos prioritários para 2006 passam por promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas, o combate ao isolamento, bem como à desertificação e à exclusão em zonas deprimidas.

Neste projecto estão incluídas acções respeitantes ao domínio do emprego nomeadamente: Loja de Emprego, Conselho Consultivo do Trabalho e do Emprego e Semanas da Formação e do Emprego.

Os objectivos destas acções do projecto prendem-se com: o apoio a percursos individuais de inserção profissional, desenvolvimento de acções de formação; criação de um serviço inovador de apoio à inserção profissional; integração de pessoas no mercado de trabalho; promoção da criação de auto-emprego; identificação de áreas profissionais com capacidade de oferta de

emprego; estabelecimento de redes de contacto para a integração no mercado de trabalho; criação de um Fórum de debate sobre os problemas de emprego com os diferentes actores; sensibilização dos empregadores para a criação de postos de trabalho; divulgação junto dos alunos do concelho a oferta de formação profissional existente; divulgação de profissões com boa capacidade de oferta de emprego; dignificar profissões socialmente desvalorizadas e promover na escola a discussão sobre o trabalho e sobre o futuro profissional dos alunos.

APOIO ÀS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A política de apoio ao tecido económico assenta na defesa do crescimento da economia local de forma sustentada, visando a modernização do tecido empresarial e fazendo do conhecimento, da inovação e da qualificação os caminhos do progresso.

Um dos principais objectivos de início de mandato é a abertura do **Gabinete do Empreendedor** como uma estrutura facilitadora no acesso à informação e acompanhamento de processos ligados ao empreendedorismo local. Serão incentivados potenciais empreendedores no apoio a novas ideias e perspectivas de negócio com o objectivo de promover a fixação e o desenvolvimento da actividade empresarial no concelho.

Serão formuladas propostas e estratégias no âmbito do planeamento e ordenamento das actividades comerciais e industriais.

A entrada em funcionamento da **Loja do Emprego** numa perspectiva de lançamento dum plano municipal para a empregabilidade e empreendedorismo através do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, a constituição e dinamização de uma bolsa de emprego local, a organização de programas de formação para o emprego em contexto real de trabalho, a promoção do espírito de iniciativa dos jovens e o apoio ao auto-emprego, pela via do trabalho independente e a criação de pequenas empresas, permitirá melhor atingir estas metas ambiciosas mas fundamentais.

Será dado, igualmente, todo o apoio ao sector da restauração através de várias iniciativas , com a realização de festivais gastronómicos, e o apoio às actividades ligadas ao mar, com a realização de eventos como a Feira do Mar.

Metrologia

Na perspectiva de uma melhor organização e articulação dos serviços e destes com a Direcção Regional de Economia será relevante apoiar e flexibilizar os serviços municipais de metrologia,

adequando-os com os meios operativos e informáticos de qualidade para responderem com eficácia e qualidade às normas legais vigentes, procurando desenvolver actividades que promovam este serviço junto dos seus públicos.

Mercados e Feiras

A imagem do Mercado de Matosinhos dificilmente se poderá dissociar do centro tradicional da cidade e do concelho, sendo desde sempre um ponto de referência incontornável, tendo que ser perspectivado enquanto espaço âncora para a revitalização urbanística e comercial do centro histórico da cidade de Matosinhos.

O modelo de organização futura passa por perspectivar os mercados enquanto espaço-âncora para a revitalização urbanística e comercial, analisando e perspectivando experiências de sucesso, criando mecanismos de controlo de qualidade dos produtos comercializados, com a dinamização das fileiras do pescado e das verduras e incentivando estratégias de desenvolvimento do sector primário do concelho. Será privilegiada uma actuação sobre os seus constrangimentos nomeadamente ao nível das obras de recuperação e beneficiação nos mercados e a criação de uma imagem de qualidade e de modernidade, realçando as suas potencialidades.

Apoio ao consumidor - CIAC

A abertura do Tribunal Arbitral complementar as atribuições do CIAC nas vertentes da informação e mediação.

No âmbito do protocolo com a Associação Portuguesa do Direito do Consumo e numa perspectiva de continuidade manteremos a organização de sessões de informação bem como de outros eventos informativos e de sensibilização sobre os direitos do consumidor para toda a população. Um alvo importante desta política será também a população estudantil.

Será potenciado o apoio ao desenvolvimento de uma estrutura municipal de informação dos municípios sobre os seus direitos de consumo e retomada a edição dos boletins informativos.

TURISMO

A promoção turística do concelho é uma das fortes apostas deste mandato.

Far-se-á uma caracterização das potencialidades turísticas de Matosinhos, através de um levantamento exaustivo dos agentes e promotores públicos e privados a operar no concelho, que irá fornecer os indicadores necessários à implementação de uma política sustentada de promoção turística para Matosinhos.

Fruto do desenvolvimento que Matosinhos tem vindo a ser palco, visível, nomeadamente, numa gestão urbanística de qualidade, na criação de uma rede viária eficaz, na defesa permanente da

qualidade ambiental, entre outras, o concelho tornou-se um dos mais procurados na Área Metropolitana do Porto para viver, trabalhar, ou simplesmente ocupar os tempos livres.

É, assim chegada a altura de promover os factores de atractividade que o caracterizam, mormente os que o tornam distinto:

A requalificação da orla costeira e que abarca quatro das suas dez freguesias, já iniciada com a remodelação das marginais de Matosinhos e Leça da Palmeira e que se prende não só questões arquitectónicas e de circulação, de requalificação ambiental, mas também com a fixação de equipamentos de restauração e de lazer de qualidade e com a promoção dos desportos náuticos e de ar livre.

A divulgação e promoção da gastronomia de Matosinhos, riquíssima e apoiada, fundamentalmente, em produtos do mar, é outra das fortes apostas para o próximo ano, através da criação de dois programas a lançar pela Autarquia e a implementar no terreno com a estreita colaboração dos empresários do sector – Maresias, a decorrer ao longo de todo o ano e que permitirá, através da inscrição dos restaurantes identificar e promover o que irão ser considerados os pratos típicos da gastronomia matosinhense e a Festa da Sardinha, a qual, como o nome indica pretende ser uma festa popular, onde usando como mote o peixe considerado o mais tradicional de Matosinhos, se pretende dinamizar e preservar a memória colectiva da comunidade piscatória, nas suas vertentes gastronómica, histórica, cultural e religiosa.

Considerando que a arquitectura contemporânea é um dos grandes factores de atractividade do concelho, procurado anualmente por milhares de turistas nacionais e estrangeiros, pretende-se dar seguimento ao trabalho iniciado pelo Centro Documental Álvaro Siza, reforçando a sua actividade com a criação e divulgação de circuitos guiados à obra de renomados arquitectos contemporâneos.

Iremos, aliás, mais longe ao proporcionar, através da iniciativa “Dou-te um concelho”, circuitos de visitas guiadas ao património e à história de Matosinhos.

Para além do turismo cultural acima referenciado, procurar-se-á potenciar, ainda, através da criação de equipamentos de qualidade e/ou da optimização dos já existentes ainda, o turismo de negócios e de lazer, incentivando a aposta de investidores e operadores privados no concelho, como parceiros fundamentais no desenvolvimento turístico e económico de Matosinhos.

CULTURA E ANIMAÇÃO

A “democratização” da Cultura mantém-se como um dos esteios fundamentais da política da Autarquia. Nessa perspectiva é essencial fidelizar o vasto público que frequenta as actividades culturais promovidas e apoiadas pela Câmara Municipal. Um público que não se confina

unicamente ao concelho mas que se alarga a toda a Área Metropolitana e mesmo fora desta – e este é outro desafio fundamental a que importa responder: a consciência da importância de uma programação que não se pode confinar unicamente ao público de um território de limites físicos restritos. A afirmação de Matosinhos, a uma escala regional e nacional, passa também, indiscutivelmente, pela qualidade da sua oferta e dinamização artística e cultural.

Importa, por isso, não só fidelizar o vasto público que já ocorre à nossa programação, mas alargar o seu número, captando novas e diversificadas franjas, através de uma maior e diferente oferta. Procurar-se-á, enfim, democratizar a programação, sem ceder ao facilitismo e a expressões de duvidosa qualidade cultural.

Alicerçar tal estratégia passa, igualmente, pelo estabelecimento de parcerias com um conjunto significativo de entidades que conosco desenvolverão projectos estruturantes. É o caso da Fundação Serralves que prosseguirá a sua colaboração na programação da Galeria Municipal, ou da Ordem dos Arquitectos com quem, neste ano, promoveremos um conjunto significativo de iniciativas em torno da incontornável figura de Fernando Távora, de que valerá a pena salientar uma festa na Quinta da Conceição e uma exposição retrospectiva a ter lugar na referida Galeria.

Com a Escola Superior de Artes e Design (ESAD) promover-se-á um Concurso Internacional de Ilustração que, pelo seu ineditismo e pelo impacto que seguramente terá, se avaliará da possibilidade de se tornar numa iniciativa periódica, associando definitivamente Matosinhos aos roteiros artísticos internacionais. Ainda no sector universitário, reforçar-se-á a colaboração que já possuímos com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto no âmbito da Museologia e da Sociologia. Visando a potencialização cultural e pedagógica do Castro de Guifões, alargar-se-á a colaboração com esta Faculdade à área da Arqueologia.

As questões relacionadas com a salvaguarda da Memória Colectiva e do Património prosseguirão como estruturantes. Daí o apoio que prestaremos a intervenções de reabilitação de arte sacra nas Paróquias do concelho, bem assim como a dinamização de alguns monumentos, dos quais deveremos salientar o Mosteiro de Leça do Balio, em torno do qual se procederá a uma reconstituição histórica “ao vivo”, relacionando este antigo mosteiro hospitalário com os Caminhos de Santiago.

Actividades emblemáticas da promoção cultural da Autarquia, manter-se-á uma programação regular relacionada com a música clássica (não só através de concertos, mas também com a atribuição de prémios, encomendas musicais, edição de obras...) e com a publicação de obras de referência. Entre outras editar-se-ão um novo volume da “Monografia de Matosinhos” e “Matosinhos através de antigos Postais Ilustrados”. De igual modo manter-se-á uma programação regular nas diferentes galerias municipais.

Entre as principais novidades para 2006, e visando o esforço indicado inicialmente de diversificar a nossa oferta cultural, importa salientar a realização do "Encontro Internacional de Literatura de Viagens" – iniciativa inédita no nosso País que, aproveitando este "nicho", procurará catapultar Matosinhos e a sua Biblioteca para algum protagonismo nacional na área da literatura.

De igual modo procurar-se-á envolver todas as escolas de dança existentes no concelho na realização de uma iniciativa, que procurará ser anual, através da qual seja possível não só promover esta forma de expressão artística, mas também divulgar o excelente trabalho que, nesta área, é promovido por diversas instituições de ensino radicadas em Matosinhos, envolvendo alguns milhares de crianças e jovens do concelho.

De resto, o apoio financeiro e técnico às múltiplas associações e instituições que desenvolvem acções culturais no concelho manter-se-á como um factor relevante da nossa programação cultural, através, nomeadamente, do estabelecimento de contratos-programa que viabilizem a sua actividade. Neste contexto dever-se-á salientar o apoio a prestar à Associação de Animação da Cidade de Matosinhos que se responsabilizará pela organização das Festas da Cidade que, como é habitual, possuirá uma componente cultural importante (edição de livros sobre a temática, realização de conferências, organização do "VII Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos"...).

2006 será marcado, igualmente, pelo relançamento das "Conferências de Matosinhos", um espaço de reflexão cultural, política e social que, na década passada, se tornou numa referência nacional.

A programação para 2006 reveste-se, portanto, de características muito díspares, capaz, na sua totalidade, de alcançar os objectivos fulcrais da política cultural da Autarquia: democratização, alargamento de público, protagonismo do concelho. Contudo, tal programação e o potencial aumento de públicos, exige não só uma preocupação ao nível da programação, mas também dos equipamentos.

A este nível merece referência obrigatória o início das obras de reabilitação do Cine-Teatro Constantino Nery (futura estrutura municipal que permitirá uma acentuada diversidade e qualidade da nossa programação), bem assim como o arranque dos estudos visando a futura adaptação do Palacete de Visconde de Trevões a Museu de Matosinhos, bem assim como da Escola da Viscondessa de Santa Cruz do Bispo a pólo museológico Guilherme Thedim. A actividade museológica dos serviços municipais reforçará o projecto da constituição da Rede Concelhia de Museus, bem assim como o prosseguimento da recolha e estudo de espólios para o futuro Museu da Indústria Conserveira e Pesca Industrial. Neste âmbito uma referência também ao papel fundamental que os "Serviços Educativos" possuirão no fidelizar dos nossos públicos através da prestação de um serviço de grande qualidade não só na exploração das exposições dos espaços museológicos e galerias municipais, mas também assegurando um

conjunto considerável e diversificado de ateliers e cursos para diferentes franjas etárias da população ao longo de todo o ano.

GESTÃO URBANÍSTICA

A gestão Urbanística é uma função autárquica de operacionalização dos conceitos e orientações de enquadramento urbanísticos e de regulação de todas as acções que tenham como objectivo urbanizar e construir.

1 - Para uma eficaz Gestão do Território urge:

- clarificar as regras que regem o exercício urbanístico, quer seja para o interior dos serviços, quer seja para o exterior (para tornar tão universais quanto possível as interpretações dessas regras, retirando a discricionariedade à apreciação técnica e à decisão política;
- divulgar essas regras, de modo a assegurar uma eficaz preparação por parte dos técnicos exteriores e dos seus clientes;
- promover um urgente cadastro das redes infra-estruturais, de modo a obter uma informação fidedigna para a execução dos projectos de iniciativa municipal ou particular;
- manter esse cadastro sistematicamente actualizado;
- promover o recenseamento das propriedades municipais, do domínio público ou privado, e manter esse cadastro actualizado;
- actualizar a cartografia, como ponto de partida, e organizar a sua actualização no dia a dia, aproveitando, sempre que possível, os elementos fiáveis que possam ser recolhidos no exterior, por exemplo junto de outras instituições ou de empresas, públicas ou privadas (EDP, SMAS, PORTGAS, Metro do Porto, promotores particulares, etc.);
- articular com essas entidades exteriores, concelhias, extra ou supramunicipais, as iniciativas, de modo a evitar o sobredimensionamento ou o subdimensionamento das redes e dos equipamentos.
- proteger o património de forma articulada e consequente, quer ele seja natural ou edificado, de modo a suster a "desmontagem do passado" e a sua substituição por produto "de fábrica", sem qualquer qualificação ou singularidade;
- coordenar iniciativas com outras entidades locais ou da administração central, de modo a obter soluções, empreendimentos, financiamentos (mais) vantajosos para o interesse do Concelho, nas áreas do Turismo e da Saúde, por exemplo;
- tomar o pulso à iniciativa e ao investimento, atraindo empresas, emprego, riqueza, intervindo como factor de regulação do valor dos terrenos, contendo a especulação, apoiando a promoção de qualidade e, pelo contrário, desanimando utilizações ilícitas do solo, impassíveis de legalização, perseguindo os infractores, sendo implacável e definitivo nas decisões que se toma, desde que o interesse público a isso obrigue, sem contempções nem hesitações;

- promover a divulgação de toda a informação útil para os cidadãos, sem preconceitos, com a consciência de serviço público a que a autarquia está obrigada, pois sem informação fiável e completa não é possível exigir e obter soluções e empreendimentos competentes, que respeitem o património, quer ele seja natural ou edificado, e o completem de forma séria e disciplinada;

- acertar a sua estratégia com a realidade, adequando as figuras de planeamento e os instrumentos de gestão, sempre que se conclua que estes cerceiam o desenvolvimento, comprometem o investimento, estão desadequados, ultrapassados ou incompletos ou são "incompreensivos" ou incompatíveis com a evolução do território.

2 - A gestão urbanística deve ser um exercício interdisciplinar, e a consagração do direito de construir um acto final global, programado e fiscalizado.

Não pode constituir uma decisão avulsa, desenquadrada, não garantida, sob pena de recair sobre a autarquia a responsabilidade da sua concretização final. Deverá haver uma avaliação rigorosa em cada caso da viabilidade de concretização de cada pedido, no que diz respeito ao seu suporte cadastral e infra-estrutural, para que a Câmara não fique obrigada a construir acessos e reforçar infra-estruturas a empreendimentos que a posteriori se vê que não eram auto-suficientes ou ainda a adquirir terrenos dos quais dependa a sua global concretização.

3 - Devem ser propostas e implementadas medidas de salvaguarda do património edificado e da sua envolvente, e induzida, sempre que possível, a reconstrução, reutilização e recuperação de imóveis, como alternativa à sua demolição, mesmo que se trate de construções de escassa importância formal, com o argumento de que só assim é possível manter em muitas situações, sobretudo do centro urbano consolidado, a imagem da cidade mais antiga, a sua morfologia e a tipologia das suas construções. Este objectivo deve ser coordenado com outros serviços municipais, de forma a accionar programas, patrocínios e recursos que permitam concretizar esta intenção (RECRIA, RECRIP, REHABITA).

4 - Relativamente ao cadastro, deverá referir-se que existe uma enorme tentação, por parte dos promotores, em resumir a sua proposta à propriedade que detêm, sem qualquer esforço de acerto de cadastro ou projecto colectivo e redistributivo.

Têm por missão os serviços municipais contrariar esta tendência, exigir que os empreendimentos extravasem o "zoom" do terreno objecto do pedido e, com essa preocupação, propor "cidade", espaço urbano, praças, alamedas com perfis adequados, espaços de estada exterior, entregando ao espaço do domínio público algo mais do que sobras, bicos e escorços.

5 - Transformar as taxas municipais em instrumentos inteligentes que reflectam de uma forma consequente os desígnios urbanísticos que a Câmara pretende atingir – desonerando as

actividades que criem emprego, produto, serviço e valorização patrimonial e, em contrapartida, penalizando todas aquelas que criem sobrecarga nas infra-estruturas ou impactos sociais negativos. Distinguir o “abrigo” (a pequena habitação, a pequena ampliação para criar condições de salubridade ao existente) da promoção especulativa, anónima e meramente comercial; a indústria ambientalmente compatível da empresa de fundo de quintal, que não possui qualquer licenciamento, que não cuida os seus efluentes (gasosos, líquidos, lixos, etc.) e se transforma num foco de insalubridade e perigosidade.

6 - Matosinhos tem, há décadas, o fenómeno da construção clandestina controlado. Não se constituem novas compropriedades nem se expandem as áreas urbanas de génese ilegal (AUGIs) para outros perímetros.

Promoveu o Município um notável esforço na dotação dos núcleos existentes de infra-estruturas básicas, acompanhado da recuperação urbanística de alguns conjuntos, limitada contudo pela indisponibilidade de terrenos livres nas compropriedades para serem cedidos ao domínio público.

Constituirá o preenchimento dos lotes livres com novas construções detentoras de projectos aprovados um contributo para a melhoria da qualidade estética e urbanística destes núcleos e para o estabelecimento de um mais adequado equilíbrio entre o espaço ocupado e o espaço livre em cada terreno.

7 - Existe uma minoria de núcleos de génese ilegal que não possui qualquer hipótese de legalização por razões que têm a ver com a sua localização em terrenos de forte declive, não consolidados, deficientemente insolados, onde abundam construções que não possuem as mínimas condições para serem legalizadas e onde é comum a impermeabilização total do solo e a sobreocupação das parcelas.

Para esses núcleos, tem a Câmara de pensar numa solução de salubridação, que envolverá um enorme esforço financeiro, pela dimensão de realojamentos que pressupõe.

8 – O novo Regulamento de Urbanização e Edificação, que foi submetido à Câmara e à Assembleia para apreciação e aprovação e que se encontra em vigor desde 23 de Setembro de 2005, estabelece todas as regras de instrução e elaboração de projectos (seja qual for o seu âmbito e escala) a submeter à Câmara Municipal.

Aí estão especificados todos os procedimentos, caracterizadas as situações especiais de edificação, definidas as regras de urbanização e construção, estabelecidos os parâmetros para estacionamento, para os depósitos de resíduos sólidos, as condições as que devem obedecer os edifícios para serem constituídos em propriedade horizontal, estatuídas as condições de licenciamento das ocupações de via pública, as taxas de urbanização e de serviço (licenças), as condições a cumprir pelas empreitadas particulares de obras de urbanização, as compensações devidas pelo reforço infra-estrutural, etc.

Estão ainda elencados os serviços que se prestam, as regras e os procedimentos que se adoptam para apreciar as pretensões, as circunstâncias em que se pode autorizar a utilização do domínio público, seriado todo o tipo de procedimentos administrativos, os tipos de licença ou autorização, as situações especiais de taxamento, as devoluções e as restituições.

Constituem um código com cerca de cem artigos, que se pretende que seja um importantíssimo instrumento de trabalho e o caderno de encargos que todas as pretensões doravante a apresentar estão obrigadas a cumprir.

Constituiu ainda uma reflexão profunda sobre as regras que devem disciplinar o exercício profissional, que foram estabelecidas de modo a cumprir os objectivos que, politicamente, vêm sendo definidos pela autarquia.

O estabelecimento destas claras e completas regras de urbanização tem como objectivos:

- Dar maior eficácia às decisões;
- Permitir uma fiscalização mais actuante, que dê autoridade ao Município;
- Contribuir para a moralização do exercício profissional e para a obtenção de melhores padrões de qualidade de proposta;
- Garantir que o interesse municipal se sobreporá, porque colectivo, a todos os interesses particulares que se apresentem, e que as pretensões serão analisadas numa perspectiva de rigor, de adequada proporção, enquadramento e infra-estruturação, criando benefício ao espaço público e à paisagem, considerando usos compatíveis entre si e com a envolvente, que sirvam para enriquecer o tecido social e económico, criando cidade;
- Produzir empreendimentos que atenuem, na medida do possível, as cicatrizes que todos reconhecem no tecido urbano, criando espaços qualificadores, cortinas ambientais, zonas verdes livres e equipadas de suporte e que criem clareiras de qualidade.

9 - Matosinhos tem necessidade urgente de reformatar a atribuição de topónimos. Para isso, ter-se-á de qualificar a proposta, com a criação de uma base de nomes que reflecta preocupação na preservação histórica, cultural, social, das tradições e dos sítios, das figuras locais e nacionais, que assente numa investigação das biografias, dos étimos, das lendas, e que proponha de forma mais dignificante os nomes a atribuir aos novos arruamentos ou às extensões dos existentes.

10 - A fiscalização urbanística tem, fundamentalmente, três vertentes:

Uma dimensão "policia", burocrática, e que se deve praticar no dia a dia (se possível, sete dias em cada sete) no exterior, e que tem como principal função a verificação do cumprimento dos procedimentos legais previstos (licença válida, livro de obra, alvará de empreiteiro, seguro,

responsabilidade técnica, ocupação de via pública, segurança, vazadouros, detritos, estaleiros devidamente encerrados, produção de lamas, etc., etc.).

Uma vertente técnica de acompanhamento das obras, com verificação dos alinhamentos, dos trabalhos de urbanização, do cumprimento do projecto, que exige uma grande articulação com o interior dos serviços e com as outras entidades que intervêm nas acções de fiscalização (sobretudo no que diz respeito às obras de urbanização).

Uma última com uma componente igualmente técnica, mas de natureza ainda mais específica, e que decorre do novo pacote de competências atribuídas aos municípios na área dos combustíveis, elevadores e ruído. Esta fiscalização, que muitas vezes está temporizada na lei (inspecções e certificações periódicas de instalações de combustíveis e de equipamento electromecânico), obriga a um tal conhecimento técnico em áreas tradicionalmente afastadas do exercício municipal, que merece, na minha perspectiva, um tratamento especial, com adjudicação ao exterior, num regime de prestação de serviços, carecendo contudo do estabelecimento nos serviços de uma retaguarda de controlo.

No que se refere aos elevadores foram já efectuadas 135 inspecções, por ajuste directo, a uma das Firmas credenciadas para o efeito, e irá proceder-se à abertura de concurso para inspecção dos cerca de 2500 elevadores existentes no concelho.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Na área do Planeamento Urbanístico, continuando o processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), será concluída e apresentada a nova proposta de ordenamento do território de Matosinhos, uma vez estabilizados os traçados das grandes infraestruturas regionais, contemplando esta proposta as implicações e consequentes alterações de usos na envolvente dessas mesmas infra-estruturas. Desta proposta de ordenamento resulta a definição da hierarquia da rede viária municipal (existente e prevista), a definição das zonas mistas e sensíveis de acordo com a "Lei do Ruído" e a delimitação da estrutura ecológica municipal. Será concluído o Mapa de Ruído contemplando os impactos da nova rede viária nacional em construção (IP4/VRI). Serão apresentadas para aceitação pela Autarquia e pelo Governo as propostas de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional.

Continuar-se-á a elaboração dos Planos de Urbanização e, de acordo com as previsões do PDM e com as intenções da Autarquia, iniciar-se-á a elaboração de outros planos que face a novas situações e constrangimentos que se verificam em determinadas áreas do território municipal se considerem pertinentes, em especial em áreas sensíveis envolventes aos canais do Metro

Ligeiro da AMP, bem como se iniciarão estudos para a definição dos canais para a expansão da sua rede para nascente e norte do Concelho.

AMBIENTE

A Gestão de Resíduos reflectida no plano de actividades e investimentos de 2006, versa uma estratégia de continuidade relativamente à maioria das acções iniciadas em anos anteriores das quais se destacam a recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos e varredura do concelho. Assim, actualmente, no concelho de Matosinhos desenvolvem-se diferentes modalidades no que concerne à recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos, através de uma Prestação de Serviços, a Nascente da linha do Metro Porto – Póvoa e que tem o seu termo em Dezembro de 2006 e uma Concessão, a Norte do rio Leça e a Poente da linha de Metro Porto – Póvoa que tem o seu termo em Janeiro de 2016 que inclui também a varredura urbana a Poente da IC1 e a Sul do Rio Leça, para além das as acções realizadas por Administração Directa na parte restante do concelho.

O tratamento de resíduos indiferenciados continuará a ser feito através da Central de Valorização Energética da Lipor, numa quantidade estimada de 75.500 toneladas.

Um dos principais objectivos da **Gestão de Resíduos** consiste no aumento gradual da Reciclagem e Compostagem, implementando novos sistemas de recolha selectiva e intensificando a recolha tradicional por Ecopontos e Ecocentros. Pretende-se ainda aumentar a recolha da fracção orgânica, alargando a outros restaurantes e afins o "Projecto Leixões" e promovendo uma maior valorização dos resíduos provenientes de Parques, e Jardins e Cemitérios.

Em 2006 será desenvolvido o processo de abertura de novo procedimento destinado à Concessão da área do concelho correspondente à Prestação de Serviços atrás citada. Neste procedimento será exigida uma maior contribuição do concessionário quer na sensibilização quer na efectiva recolha de materiais recicláveis ou destinados à compostagem.

É objectivo desta autarquia que seja ultrapassado o valor de 11.500 toneladas conseguido em 2005 para a Reciclagem e Compostagem de materiais.

Nas acções previstas para 2006, além da **monitorização contínua**, que desde os anos anteriores se vem fazendo nos ribeiros da Riguiña e de Carcavelos e no Rio Leça, prevê-se também regularizar, por via da limpeza selectiva de vegetação, as linhas de água do concelho, permitindo a escorrência natural das águas que a elas afluem.

No que se refere à **educação ambiental**, é objectivo para o ano de 2006 desenvolver um programa integrado de sensibilização e educação ambiental, correspondendo assim, à definição de educação ambiental como um processo interdisciplinar de desenvolvimento de uma cidadania consciente e conhecedora do ambiente, tanto nos seus aspectos naturais, como nos que são construídos e alterados pelo homem. Esta consciencialização e este conhecimento são vistos como as bases para a resolução dos problemas ambientais causados pela actividade humana e dos conflitos de valores que tantas vezes tornam estes problemas insolúveis, constituindo também medida profilática contra o aparecimento de novos problemas.

Propõe-se a criação de acções diversificadas consoante os diversos tipos de população (geral, grupos, escolas, idosos, outras instituições ou famílias) continuando-se a parceria com as organizações não governamentais de ambiente para privilegiar a educação ambiental em áreas ambientais específicas como a defesa da biodiversidade e preservação das zonas dunares da costa de Matosinhos.

Relativamente à área do **ruído**, pretende-se promover uma maior articulação com outras áreas técnicas, nomeadamente a fiscalização e obras particulares, de forma a prevenir situações de incomodidade. A avaliação e gestão do ruído ambiente é hoje considerada uma prioridade na política de gestão ambiental. Para a persecução desse objectivo estão contempladas campanhas de sensibilização e será dada continuidade às medições acústicas, com as quais é avaliado o cumprimento da legislação em vigor.

Na **orla costeira**, as fontes de poluição estão essencialmente relacionadas com os usos da faixa terrestre adjacente e do sistema aquático. A definição de medidas e a sensibilização da população deve ter como objectivo inverter a tendência delapidadora dos recursos naturais. Assim, prevê-se utilizar as acções inseridas na campanha Bandeira Azul, ECOXXI e Eco-escolas para sensibilizar a população. Prevê-se também, o investimento na integração urbanística e paisagística da faixa costeira, através da construção de parques de estacionamento de apoio às praias.

Na componente **Parques e Jardins**, além de alguns investimentos previstos para a construção de jardins, será dada continuidade ao procedimento de manutenção de jardins iniciado em 1 de Outubro de 2005 e que tem o seu termo em 2011. Este processo envolve a manutenção de 174 parques e jardins do concelho, a manutenção de 24 parques infantis e 9 campos de jogos, que se encontram na zona envolvente aos referidos jardins, mantendo-se igualmente a acção por Administração Directa para a construção e manutenção de outras áreas verdes, incluindo o tratamento e substituição de árvores que não estão incluídas no procedimento atrás citado. Prevê-se também que seja iniciada acção para a manutenção de espaços verdes em escolas, e que inclui a manutenção de cerca de 19 parques Infantis ai existentes.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

O crescimento explosivo da população urbana e da circulação automóvel caracterizaram inequivocamente as últimas 4 décadas e a malha urbana é hoje muito influenciada pelo automóvel. Os cidadãos dependem cada vez mais do automóvel para satisfazer as suas necessidades de mobilidade, mas a sua utilização incontrolada, nas cidades, prejudica a saúde dos seus habitantes que sofrem com os altos níveis de ruído e poluição e contribuem para o esgotamento das energias não renováveis e para o efeito de estufa.

O automóvel veio proporcionar às pessoas níveis nunca sonhados de mobilidade e liberdade, mas o seu uso ilimitado nas áreas urbanas tem um efeito negativo na sociedade e na economia. O desenvolvimento sustentado das cidades exige-nos agora medidas concretas que o tornem realidade. Para assegurar a acessibilidade às actividades urbanas a todos os cidadãos, incluindo os que não dispõem de automóvel e melhorar a qualidade de vida urbana, há que dar prioridade aos transportes públicos e aos peões. Por outro lado, o planeamento urbano das cidades deve, cada vez mais, salvaguardar a acessibilidade a serviços de primeira necessidade, sobretudo por parte de grupos populacionais mais vulneráveis, como os idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida. Devem ser promovidas redes seguras e ambientalmente saudáveis para peões e até para ciclistas, como complemento ao uso do automóvel.

É também imperioso o nosso empenhamento no decréscimo dos níveis de sinistralidade rodoviária no concelho de Matosinhos, tentando assim contribuir para os objectivos previstos pelo novo "Plano Nacional de Prevenção Rodoviária" que aponta para uma redução de 50% até 2010 do número de mortos e feridos graves em acidentes nas estradas portuguesas.

Neste contexto, propomos algumas medidas prioritárias para 2006:

- A eliminação de barreiras arquitectónicas, cumprindo o projecto de adesão à "Rede Nacional de cidades e vilas com mobilidade para todos".
- Um Plano de circulação e estacionamento para Matosinhos sul, de forma a completar o modelo existente de malha reticulada com base em sentidos únicos de circulação viária e também ordenar e disciplinar a oferta de estacionamento na via pública.
- Implementação de medidas adequadas para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária no concelho de Matosinhos. Assumir os objectivos concretos de redução da sinistralidade no concelho em 25% até 2007 e em 50% até 2009, antecipando assim os objectivos do "Plano Nacional de Prevenção Rodoviária".

- Criar o Regulamento de Estacionamento privativo pago na via pública, como forma de disciplinar e reorganizar o estacionamento automóvel em Matosinhos e permitir o enquadramento de todos os lugares privativos de estacionamento existentes na via pública.
- Criar condições para que a nova rede de carreiras regulares de passageiros proposta pela STCP para entrar em funcionamento em 2006 se adapte e sirva as necessidades do concelho de Matosinhos, contribuindo para uma melhoria da rede global de transportes públicos do nosso concelho e em articulação com o Metro do Porto
- Apresentação da zona envolvente ao Castelo de Leça da Palmeira como polo turístico com prioridade ao peão, parque de estacionamento de apoio e zona de lazer ao ar livre, como complemento aos serviços de restauração existentes.

Em 2006, vai dar-se continuidade à construção do IP4 e VRI, o reperfilamento do IC24/A41, a ligação do Nó do Freixieiro e Gonçalves, bem como o arruamento de ligação destes dois nós ao centro de Santa Cruz do Bispo e de ligação à Rua de Gonçalves Zarco.

Vão ser também concluídos os arruamentos da Rua da Fonte Velha e Teixeira Lopes em Custóias, Rua Roberto Ivens em Matosinhos, Rua de Trás e do Gatanhal em Santa Cruz do Bispo, e variante à Rua de Picoutos – S. Mamede de Infesta.

Além destes arruamentos vai ser dada continuidade à 2ª. Fase do designado eixo Norte/Sul, Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira que permitirá, no futuro, a ligação transversal da Circunvalação ao IP4.

Para 2006, será ainda dada continuidade ao programa de renovação e requalificação de pavimentos na generalidade dos arruamentos e passeios mais degradados do concelho.

Será iniciada a execução da 2ª. Fase da Marginal de Leça da Palmeira.

SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

O Departamento de Segurança e Protecção Civil da Câmara Municipal de Matosinhos, é um departamento vocacionado para a acção de controlo social, de apoio social, para a actividade fiscalizadora do município e, de acordo com o adoptado na sua Macro-estrutura, compreende 4 serviços, que embora distintos, cruzam-se no seu fim e são complementares no desempenho e nas tarefas.

Muito embora todos os serviços tenham obtido os resultados esperados, pretende-se que no próximo ano se venham a desenvolver algumas tarefas que muito embora prevista no ano anterior ainda não foi possível por em prática.

Assim para o ano 2006, procuraremos desenvolver as seguintes tarefas respeitantes aos serviços;

Polícia Municipal

A forma mais visível da descentralização dos serviços do Estado e aqui numa das atribuições que sempre lhe esteve reservada e que de alguma forma lhe foi difícil abrir mão.

Dada a sua natureza interventiva, será talvez, o serviço de maior visibilidade e aquele que poderá ser mais explorado na perspectiva de participar na afirmação do município junto dos seus cidadãos na melhoria da sua qualidade de vida.

Assim, para este serviço termos de estabelecer parâmetros de actuação e metas a atingir que venham ao encontro dos interesses dos munícipes e da autarquia.

No âmbito das tarefas da sua competência, a Polícia Municipal, vai dar especial atenção às práticas de venda ambulante ilegal, nas zonas que estrategicamente são prioritárias, Av Heróis de França, Av. General Humberto Delgado, Av. Da Republica, Rua Alfredo Cunha, junto ao mercado de Angeiras, junto ao mercado de S. Mamede Infesta.

Promover a mobilidade rodoviária e pedonal, utilizando meios de remoção de viaturas (reboques).

Intensificar a fiscalização de depósito de resíduos sólidos urbanos.

A médio prazo, procuraremos desenvolver o serviço e alarga-lo a áreas que de momento não se torna possível e que reflectirão as mais prementes necessidades e a interacção do município com os seus munícipes.

Na área administrativa, fomentando e desenvolvendo métodos de trabalho que permitam consolidar a organização interna, o controle de documentos, a elaboração de documentos, a criação de estatísticas para melhor compreensão dos diversos fenómenos ligados à actividade, o arquivo etc.

A nível operacional, temos de ter em conta os recursos disponíveis e os objectivos, orientando este serviço para a função de polícia proactiva e de aproximação das comunidades matosinhenses.

Vamos para o efeito colocar patrulhas em pontos de grande movimento de pessoas, de forma a prestar um serviço de apoio e de segurança.

Neste sentido, procuraremos que a prestação deste serviço se prolongue no espaço e no tempo, respondendo aos anseios da comunidade que necessariamente difere de local para local, criando áreas de patrulha e distribuindo equipas por elas, sendo que essas equipas serão rotativas por periodos médios e às quais serão atribuídas a responsabilidade de observar, responder e estabelecer empatias com os cidadãos.

Vamos intensificar a fiscalização na área do ruído, e de horários de estabelecimentos, principalmente nocturnos.

Procuraremos especializar alguns elementos para assuntos específicos e que mostrem ser de especial necessidade, nomeadamente na área da protecção ambiental, do regime cinegético, de apoio a idosos, do ruído etc.

Vamos desenvolver formação profissional nas áreas de maior necessidade, nomeadamente no atendimento ao público, na gestão de conflitos e nas diversas posturas existentes.

Neste âmbito, já demos início a alguma formação, mas existem planos para a sua intensificação e desenvolvimento, nomeadamente na área do código penal e processo penal, bem como na área contra-ordenacional.

Serão estabelecidas prioridades de acção, de acordo com as políticas do município, nas áreas que em cada momento se mostram mais preocupantes, bem como dos métodos e meios a empregar.

Procuraremos fomentar a perspectiva de um serviço público, onde os seus agentes se predisponham mais á colaboração e ajuda aos cidadãos.

Será criado o serviço de fiscalização rodoviário, aqui enquadrando o serviço de reboques e de bloqueamento de viaturas, para acorrer às situações de maior indisciplina de estacionamento e que condiciona a fluidez de trânsito ou na ocupação abusiva dos espaços pedonais.

Haverá sempre uma preocupação de afastar este serviço da componente fiscalizadora que possa colidir com a fiscalização municipal.

Vamos integrar novos agentes que se prevê recrutar no início do ano.

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

O Serviço de Fiscalização Municipal, absorve as tarefas generalistas de fiscalização e é um serviço de apoio às actividades de outras direcções, cabendo-lhe tarefas que vão da fiscalização propriamente dita, ao fornecimento de informações necessárias aos diversos serviços municipais, na prossecução das funções próprias de cada um.

Tal como agora, corresponderão às solicitações que lhe forem feitas pelos diversos departamentos ou serviços e às denúncias dos cidadãos em geral.

Dada a sua natureza essencialmente fiscalizadora, iremos procurar especializar este serviço em matérias de capital interesse tais como, a protecção ambiental no espaço do concelho.

Em determinadas situações que se revistam de maior complexidade e perigosidade os Serviços de Fiscalização farão equipa com agentes da Policia Municipal para uma melhor a execução dessas tarefas.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

A protecção civil tal como está definida na lei é a "... actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorreram".

Assim, a Lei de Bases do Serviço Nacional de Protecção Civil cria a estrutura local de protecção civil composta pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, pela Comissão Municipal de Protecção

Civil e pelo Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil. Estas unidades dependem funcionalmente do Presidente da Câmara.

Este serviço reveste-se de uma grande importância dadas as características do nosso concelho que congrega no espaço urbano diversos factores de risco aos quais é necessário corresponder com uma estratégia sustentada e definida.

Neste sentido está a ser desenvolvido um projecto de parceria comunitária com uma visão global e integradora dos factores de risco civil e ambiental, sobretudo nas áreas de influências portuária, recorrendo a um grupo de trabalho no qual participam cidades europeias de Brest (França), Cadiz (Espanha), Plymouth (Reino Unido) e Tarente e Constanza (Roménia). Os objectivos são a realização de um estudo de diagnóstico, e inventariação e avaliação dos meios de protecção civil disponíveis no município para a área de influência portuária, a troca de experiências internacionais e o contributo para a definição de regras e políticas comunitárias relativas e riscos civis e ambientais portuários.

No ano de 2006 será desenvolvido o Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil, promovendo a calendarização uma reunião trimestral, bem como a planificação e execução de simulacros em articulação com as diversas entidades do município, a fim de serem testadas as suas respostas em situações de emergência.

Terá também carácter prioritário a revisão do Plano Municipal de Emergência, de forma a articula-lo com os planos de emergências externos a elaborar no âmbito do D.L. 164/2001 de 23 de Maio.

Outro dos grandes objectivos fundamentais para 2006 passa pela promoção e sensibilização da comunidade para as questões da protecção civil, direccionado especialmente em especial para a comunidade escolar.

DESPORTO

O desporto é, cada vez mais, uma via para o desenvolvimento do concelho. Como fenómeno social global, o desporto tem hoje, numa óptica de desenvolvimento económico e social, um carácter integrador e transversal a vários sectores, podendo impulsionar um conjunto variado de actividades económicas constituindo-se, portanto, como importante fonte, directa e indirecta, de emprego a que acresce uma componente de coesão social.

A confrontação dos dados nacionais com os índices de referencia internacional, mostra ainda uma diferença entre a necessidade de actividades físicas, recreativas e desportivas e a disponibilidade de equipamentos, denotando-se uma ocupação muito acentuada ao nível das infra-estruturas nos locais mais populosos.

Assumindo a MS - Matosinhos Sport, EM papel primordial na dinamização, planeamento e gestão na área do desporto no concelho, encontram-se os objectivos discriminados no plano plurianual de actividades desta empresa.

HABITAÇÃO

A Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos – MatosinhosHabit – MH, tem, como objecto social principal, a promoção da habitação no Município de Matosinhos, e a gestão social, patrimonial e financeira do património habitacional do Município de Matosinhos e, com a extinção da Divisão de Habitação, a MatosinhosHabit tem a responsabilidade de gerir tudo o que diz respeito à habitação social do Concelho nas áreas da Gestão Patrimonial, da Gestão Social, da Manutenção e Conservação e da Renovação Urbana.

No ano de 2006 para além de dar continuidade às tarefas que estão em curso nas diversas áreas de intervenção, propõe-se lançar as linhas gerais de uma nova política habitacional para o Concelho de Matosinhos rentabilizando os recursos humanos que entretanto foram postos à sua disposição.

Na área da Gestão Patrimonial e Gestão Social dar-se-á início a um novo recenseamento mais abrangente, que permitirá saber definitivamente quais as carências habitacionais do Concelho. Será elaborado e apresentado a curto prazo à Câmara e à Assembleia Municipal um Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais. Em 2006, atendendo aos resultados bastante positivos que se têm vindo a alcançar, serão incrementadas, nos conjuntos habitacionais, as actividades desportivas, lúdico-pedagógicas e de formação e serão iniciadas novas actividades no âmbito da Formação e Educação de Adultos. Será proposta uma candidatura aos Fundos Comunitários, para dotar os Gabinetes de Gestão Social, existentes nos diversos Conjuntos Habitacionais, de equipamento informático, para a realização, com as populações residentes, de actividades na área das novas tecnologias.

Na área de Reabilitação Urbana e das Obras e Manutenção propõe-se dar início a um novo modelo de política habitacional, evoluindo da construção/aquisição de fogos novos para a aquisição e recuperação de fogos ou edifícios degradados. Este novo modelo permitirá lançar as bases de uma política de reabilitação urbana, entendida como um processo de transformação e requalificação do espaço urbano.

Importante será também incrementar a actividade do Programa RECRIA, promovendo uma campanha de informação no Concelho e criando um Gabinete de Apoio Técnico de Aconselhamento aos proprietários e inquilinos. Com esta medida pretende-se pôr fim à

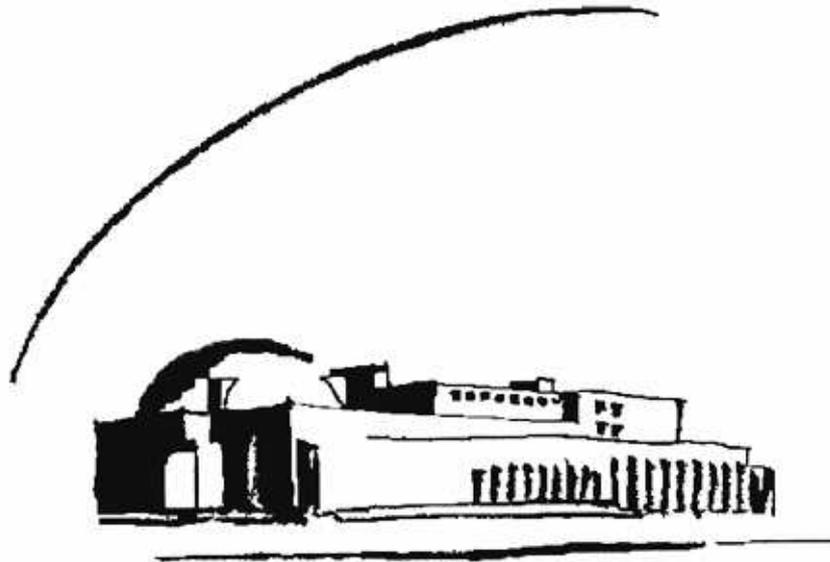
degradação habitacional que se verifica no concelho, contribuindo também para a sua reabilitação urbana.

Um intenso esforço será dedicado ao Programa de Reabilitação Urbana dos Bairros Sociais, com a execução de grandes obras de requalificação nos conjuntos habitacionais da Biquinha, bem como a conclusão dos equipamentos sociais do Conjunto Habitacional da Seara e do ATL do Manso no Conjunto Habitacional de Custió, em Leça do Balio.

Serão iniciados os processos de Reabilitação e Conservação dos Conjuntos Habitacionais de Angeiras – Lavra e Guarda – Perafita e serão lançados concursos e iniciadas as obras de construção dos Conjuntos Habitacionais de S. Gens II, dos Pescadores, e Estádio do Mar II, que irão realojar os últimos 3 núcleos de famílias ciganas que vivem, no concelho, em construções abarracadas.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006

Gestão Financeira



Câmara Municipal de Matosinhos

1. RECEITA PREVISIONAL

1.1 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA RECEITA

Tal como habitualmente, a estimativa das diferentes rubricas da receita resultaram, na sua quase totalidade, da média aritmética observada nos 24 meses anteriores á elaboração do presente documento. Este é um procedimento que se enquadra nas disposições legais que sobre esta matéria o POCAL determina, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas. Naturalmente que capítulos tais como transferências, passivos financeiros e alguns outros fogem a esta regra, havendo aqui que respeitar, quando é caso disso, os valores de protocolos, contratos ou ainda candidaturas que, para este efeito, foram apurados pelos diversos serviços responsáveis pela sua gestão.

Sob pena de se desvirtuar em demasia o conteúdo de algumas rubricas, à semelhança aliás de anos anteriores, mantendo por conseguinte inalterados os fundamentos então apresentados para tal, haverá uma ou outra excepção à aludida regra geral da média. Estão neste caso os débitos de algumas entidades, cuja dimensão associada ás expectativas da sua liquidação para breve, aconselham, a nosso ver, dotar as respectivas rubricas com os valores que efectivamente se perspectiva venham a ser liquidados durante a Gerência em apreço. Estes poucos casos serão abordados mais adiante.

1.2 – ESTRUTURA DA RECEITA

A receita inscrita no presente orçamento ascende a 95.231.010 euros.

	Capítulos de classificação económica	Valor	%
Receita Corrente	Impostos Directos	40.863.759	42,9%
	Impostos Indirectos	17.491.407	18,4%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.822.590	1,9%
	Rendimentos de Propriedade	2.709.211	2,8%
	Transferências Correntes	11.462.190	12,0%
	Venda de Bens e Serviços Correntes	5.823.576	6,1%
	Outras Receitas Correntes	97.840	0,1%
	Total da Receita Corrente	80.270.573	84,2%
Receita de Capital	Venda de Bens de Investimento	5.010.008	5,3%
	Transferências de Capital	9.894.085	10,4%
	Activos Financeiros	1	0,0%
	Passivos Financeiros	1	0,0%
	Outras Receitas de Capital	2.172	0,0%
	Total da Receita Capital	14.906.267	15,7%
Outras Receitas	54.170	0,1%	
Total da Receita	95.231.010	100,0%	

Atendendo à sua natureza, sobressairá antes de tudo o predomínio da receita corrente. De facto o seu valor, 80.270.573 euros, atinge praticamente a fasquia dos 84% da receita total orçada, contra os 16% da receita de capital. Este é pois o perfil ou o traço essencial que caracterizará a receita assim estruturada.

Uma aproximação a estas duas grandes categorias da receita revelará ainda que cerca de 61% do seu valor está concentrado em apenas duas do conjunto de rubricas que constituem o seu elenco. São elas os impostos directos e indirectos, os quais totalizam 58.355.166 euros. A receita fiscal contudo reforçará em 1.822.590 euros este último valor, dada a inclusão do capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades naquele grupo, representando 63,2% do orçamento para 2006.

Outro grupo a isolar será o das Transferências. Para além das tradicionais transferências da Administração Central, a título de Fundo Geral ou de Base Municipal, que representam, no seu conjunto, cerca de 15.617.310 euros, dever-se-á mencionar que 6.246.924 euros se destinam a complementar financiamentos no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

As restantes rubricas ou grupos assumem menor importância que as anteriores no cômputo do orçamento global, assumindo um carácter, se não marginal, pelo menos significativamente menos estruturante. De facto, com exclusão da Venda de Bens e Serviços Correntes, cuja previsão está orçada em 5.823.576 euros, influenciada sobretudo pelos serviços de resíduos

sólidos, e pela Venda de Terrenos, rubrica para a qual se estima um valor de aproximadamente 5 milhões de euros, todas as outras rubricas têm valores abaixo dos 3 milhões de euros.

1.3 - RECEITAS PRÓPRIAS E ALHEIAS

Como consequência do que atrás foi referido, à receita própria será acometida a maior parcela dos fundos previstos para o ano em apreço. Tal primazia é aliás bastante expressiva, uma vez que aproximadamente 78% dos fundos da receita total orçada estão enquadrados nesta categoria. Naturalmente que este novo enfoque da receita não alterará a contribuição absoluta e relativa da generalidade dos seus capítulos e, nessa medida, mais do que retomar esta perspectiva, feita no ponto anterior, importará detalhar alguma informação que, porventura, relevará para esta vertente.

Categoria	Natureza	Valor	%
Receitas Próprias	Impostos Directos	40.863.759	42,9%
	Impostos Indirectos	17.491.407	18,4%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.822.590	1,9%
	Rendimentos de Propriedade	2.709.211	2,8%
	Venda de Bens e Serviços Correntes	5.823.576	6,1%
	Outras Receitas Correntes	97.840	0,1%
	Venda de Bens de Investimento	5.010.008	5,3%
	Activos Financeiros	1	0,0%
	Outras Receitas de Capital	2.172	0,0%
	Subtotal	73.820.564	77,5%
Receitas "Alheias"	Transferências Correntes	11.462.190	12,0%
	Passivos Financeiros	1	0,0%
	Transferências de Capital	9.894.085	10,4%
	Outras Receitas	54.170	0,1%
	Subtotal	21.410.446	22,5%
Receita total		95.231.010	100,0%

Assim contrapondo receita própria e alheia, estabelecida que está a importância do contributo da receita fiscal, justificar-se-á aqui referir a propósito desta última que, salvo duas excepções, a regra subjacente às projecções que aqui se apresentam foi a da média aritmética, verificada nos últimos 24 meses, para todo o rol de rubricas ou itens que perfazem este grupo. A regra adoptada enquadra-se no conjunto de disposições legais previstas no POCAL sobre esta matéria

e afigura-se-nos, dentro destes condicionalismos, como a mais ajustada face à imponderabilidade dos factores, nomeadamente económicos, que pesam e afectam a execução dos respectivos valores.

As excepções atrás aludidas respeitam à Ocupação da Via Pública e ao Loteamento e Obras, ambos incluídas no capítulo dos Impostos Indirectos. Tanto num como no outro caso, as presentes projecções reflectem dívidas ou créditos de montante significativo. No primeiro está em causa o pagamento das taxas por ocupação do subsolo com condutas de Fuel liquidadas às Petrolíferas instaladas no Concelho nos últimos anos, processo de alguma forma conturbado pela impugnação das taxas aplicadas que estas empresas têm interposto junto do poder judicial. Contudo a sua evolução mais recente, nomeadamente as decisões do Tribunal Constitucional sobre esta matéria reforçam as expectativas de um desfecho favorável à Câmara, razão pela qual tais valores terão sido inscritos, no presente orçamento, em cerca de 50%. No que respeita, por outro lado, à verba do Loteamento e Obras, o valor estimado engloba os valores a cobrar ao IKEA, no âmbito da sua implantação no concelho de Matosinhos.

Relativamente à componente alheia da receita, a nossa atenção dirige-se exclusivamente para as Transferências, como aliás se pode verificar no quadro anterior. De facto as medidas decorrentes e na sequência da Lei de Estabilidade Orçamental têm, como é sabido, condicionado o recurso ao crédito e, como consequência, os fundos alheios maioritários e por isso a considerar nesta breve descrição serão transferências.

No que a estas respeita, tendo sido já feita uma referência às contribuições decorrentes da Administração Central a título de F.G.M e F. B. M, importará referir que os valores que ora se consideram tomaram como base a proposta do Orçamento de Estado para 2006. Os montantes são os que se representam no quadro seguinte.

Transferências	Corrente	Capital	Total
FGM	8.722.225	5.814.817	14.537.042
FBM	648.161	432.107	1.080.268
Total	9.370.386	6.246.924	15.617.310

Das restantes transferências, as que se destinam ao investimento assumem um maior peso, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte

Outras Transferências	Corrente	Capital	Total
	2.091.804	3.647.161	12.426.175,83

De entre estes haverá naturalmente valores cuja dimensão justificará uma referência. Por seu turno a DREN, na sequência do acordo de colaboração para a construção escolar deverá transferir cerca de 252.000 euros, suportando desse modo uma parte das despesas com a construção de um pavilhão desportivo na Escola Básica 2.3 Prof. Oscar Lopes, na Cruz de Pau. Outro valor com algum significado respeita á transferência da Câmara da Maia de 475.000 euros, valor que decorre do protocolo de cooperação técnica e financeira celebrado entre as duas edilidades, tendo em vista a execução de infraestruturas, passeios e pavimentos que abrangem freguesias de ambos os concelhos.

Parte das obras entretanto realizadas com a construção da Biblioteca Florbela Espanca deverão também elas obter, tardiamente, o subsídio correspondente do IPLB, cujo montante deverá ser de 558.723 euros.

Ainda no âmbito das transferências de capital, haverá também a considerar um conjunto, não muito vasto, de valores de candidaturas comunitárias relacionados com finalidades diversas e, em parte por isso, dispersos por mais de uma rubrica orçamental. De entre as iniciativas mais relevantes poderá salientar-se a candidatura ao FEDER, no âmbito da construção da Piscina da Senhora da Hora, justificativa de cerca de 1,4 milhões de euros incluídos na receita.

Outras iniciativas minoritárias poderiam também elas ser aqui mencionadas, contudo sendo menos relevantes, cremos não se justificar uma referência individualizada.

No que toca agora às transferências correntes, deduzidos as transferências tradicionais da administração Central, FGM e FBM, perfaz-se, como atrás se referiu, 2.091.804 euros. Neste capítulo justificar-se-ão algumas referências: acordo de cooperação pré-escolar, programa de generalização do ensino de inglês e de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo, com uma comparticipação da DREN de 530.000 euros, 276.800 euros e 300.000 euros, respectivamente; comparticipação dos encarregados de educação no serviço de refeições dos alunos, 200.000 euros e, finalmente, todo um conjunto de candidaturas, enquadradas pela rubrica, Estado - Participação Comunitária Programas co-financiados, montante de 338.842 euros, aonde se incluem projectos no âmbito do POS_C, INTERREG, FORAL etc.

Sem uma referência exhaustiva a todas as iniciativas, cremos contudo ter destacado os contributos mais importantes do ponto de vista financeiro, incluídos no orçamento para 2006, muito em particular os que se prendem com a receita alheia, cujo expressão percentual, como já se referiu não irá além dos 22% da receita total.

2. DESPESA PREVISIONAL

2.1 - CRITÉRIOS ADOPTADOS NA PROJEÇÃO DOS VALORES DA DESPESA

Tal como se tem vindo a proceder nos anos anteriores, a previsão das despesa para 2006, resultará antes de tudo da consideração das obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem naturalmente as despesas obrigatórias, como sejam as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida e também das opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco de acções constante das Grandes Opções do Plano. Subsidiariamente, um grande número de despesas que cobrem as necessidades de funcionamento da Edilidade, foram estimadas tendo sobretudo em consideração não só os valores históricos que se têm observado para os últimos anos, como também a sua pertinência no quadro de uma gestão progressivamente mais eficaz.

2.2 – ESTRUTURA

Agregação	Natureza	Valor	%
Despesas Correntes	Pessoal	23.827.216	25,0%
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	26.270.269	27,6%
	Juros e Outros Encargos	1.898.650	2,0%
	Transferências Correntes	4.018.283	4,2%
	Subsídios	1.706.646	1,8%
	Outras Despesas Correntes	1.729.438	1,8%
	Subtotal	59.450.502	62,4%
Despesas de Capital	Aquisição de Bens de Capital	29.467.372	30,9%
	Transferências de Capital	2.038.133	2,1%
	Activos Financeiros	2	0,0%
	Passivos Financeiros	4.275.000	4,5%
	Outras Despesas de Capital	1	0,0%
	Subtotal	35.780.508	37,6%
Total da Despesa		95.231.010	100,0%

Dado o princípio do equilíbrio orçamental, a despesa total orçada para 2006 ascende a 95.231.010 euros.

De acordo com a tradicional classificação económica, o quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem de cerca de 62,4% do valor global da despesa. O Investimento directo, cerca de 29,5 milhões de euros, tem um peso de 82% no conjunto das Despesas de Capital, representando cerca de 31% dos recursos financeiros definidos a despender em 2006. Contudo, em rigor, o investimento total previsto (directo e indirecto), financiado pelo presente orçamento deverá ascender 31.505.505 euros, acréscimo que resulta das dotações atribuídas às transferências de capital. Assim encarado, o investimento total representará cerca de um terço da despesa total. Respeitando, no entanto, a segregação imposta pelo classificador das despesas, as dotações atribuídas seja aos Passivos Financeiros, seja às aludidas transferências, são-lhe claramente inferiores, representando no seu conjunto cerca de 7% da despesa total.

No que respeita à componente corrente da despesa, sobressaem aqui dois pólos que, do mesmo modo, se demarcam dos restantes itens desta classe. Trata-se, como é bem visível no quadro anterior, das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços, representando no seu conjunto 52% da despesa.

Os restantes itens da despesa corrente absorvem claramente menos recursos. De facto, tanto o capítulo dos Juros e Outros Encargos, Outras Despesas Correntes e Subsídios, cuja expressão orçamental os situa à volta dos 2%, remetem-se para um plano secundário no contexto desta análise.

Terá porventura razão de se determinar, ainda que de uma forma aproximada, o montante de recursos que se prevê seja destinado ao funcionamento dos Serviços. Como se depreende incluir-se-ão aqui a generalidade das despesas, de cariz corrente, que asseguram o seu exercício.

Ainda que de forma aproximada, como atrás referimos, este valor poderá ser alcançado pelo quadro seguinte, onde se repartem os recursos por entre as Grandes Opções do Plano e por todas as restantes despesas que não têm esse enquadramento. Deste modo, para além das despesas de funcionamento será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusive, para cada caso, os capítulos de Classificação económica responsáveis por tais valores.

Como é sabido, alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As despesas com pessoal bem como o investimento ou transferências são disso exemplo.

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e dos Activos Financeiros; nas despesas de funcionamento, predominam naturalmente as despesas com pessoal e uma parcela das Aquisições de Bens e Serviços; ao Plano de Actividades estarão sobretudo afectas as dotações das Transferências das Aquisições e Serviços.

Agregação	Natureza	Afecto exclusivamente ao orçamento	Afecto exclusivamente ao Plano
Funcionamento	Pessoal	23.621.690	205.526
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.649.903	20.620.366
	Outras Despesas Correntes	1.662.901	66.537
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	0	29.467.372
	Transferências de Capital	0	2.038.134
Serviço da Dívida	Juros e outros encargos	1.898.650	0
	Passivos Financeiros	4.275.000	0
Outras Despesas	Transferências correntes	92.500	3.925.783
	Subsídios	0	1.706.646
	Activos Financeiros	0	2
	Outras Desp. Capital	1	0
Total da Despesa		37.200.645	58.030.365

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento representam, aproximadamente, 39% da despesa orçada, o PPI 31% e, finalmente, o PAM 30%.

Retomando a questão dos encargos de funcionamento, será talvez de realçar que no presente orçamento é reforçado o esforço que tem vindo a ser prosseguido no sentido de reduzir o seu montante, tendência que se pode observar para as suas componentes mais flexíveis.

3. POUPANÇA CORRENTE

Da análise da estrutura orçamental descrita, resulta que o financiamento da despesa de capital será previsivelmente feita do seguinte modo:

Financiamento das Despesas de Capital		
Poupança Corrente	20.820.071	58,2%
Venda de Bens de Investimento	5.010.008	14,0%
FGM e FBM	6.246.924	17,5%
Outras Transferências de Capital	3.647.161	10,2%
Passivos Financeiros	1	0,0%
Activos Financeiros	1	0,0%
Outras Receitas de Capital	2.172	0,0%
Outras Receitas	54.170	0,2%
Total	35.780.508	100,0%

Como se poderá verificar, a poupança corrente (diferencial entre receitas e despesas correntes) ascende a 20.843.072 euros e sobressai manifestamente no conjunto das restantes fontes de financiamento das despesas de capital, representando cerca de 58% do seu valor. Num patamar bastante inferior encontramos os restantes itens, muito embora ainda se justifique uma referência às transferências, nas quais se incluem o FGM e o FBM, que ainda assim representam 17,5% dos fundos envolvidos no seu financiamento.

4. DESPESAS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO - LIMITES

No que respeita a este ponto referimos simplesmente que os valores projectados para 2006, sugerem que os limites em questão não venham a ser violados.

Como é sabido, estes limites estão indexados a valores observados no ano económico anterior. O limite a observar para as Despesas com Pessoal é função da receita corrente verificada na Gerência anterior, enquanto limite legal de endividamento depende do valor do investimento realizado, também no mesmo período.

Tendo em conta as despesas com pessoal projectadas quer pela Câmara de Matosinhos, quer as da LIPOR, e as receitas correntes efectivamente recebidas até final de Novembro de 2005 pela nossa autarquia, o custo com pessoal dos quadros cifra-se em cerca de 32% do limite imposto por lei, enquanto que os do pessoal em qualquer outra situação não atingem sequer 6% do limite legalmente instituído.

No que respeita ao endividamento, a situação afigura-se igualmente segura. De facto, apesar das medidas que têm vindo a ser tomadas desde 2002, com vista à redução do défice público, os encargos que actualmente se perspectivam ficam aquém dos limites estabelecidos.

Embora os parâmetros envolvidos, quer no caso do endividamento, quer no caso dos custos com pessoal, não sejam ainda integralmente conhecidos, sugerem, contudo, que se estará abaixo dos valores legais.

5. FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Dotação Global do Plano	68.317.421
Receitas Orçadas	95.231.010
Encargos de Funcionamento (sentido lato)	37.200.645
Financiamento assegurado	58.030.365
Financiamento a assegurar	10.292.057

Na página seguinte apresenta-se uma síntese das Grandes Opções do Plano, donde constam as principais funções impostas pelo actual Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, podendo-se, através dele, verificar que a totalidade de fundos, desde já, assegurados e por isso afectos a acções definidas ascendem a 58.030.365 euros.

Paralelamente, verifica-se que o financiamento de algumas outras ainda não está assegurado, cerca de 10.292.057 euros, pelo que a sua inclusão fica dependente de fundos cuja realização não está garantida em absoluto, muito embora existam fundadas razões para supor que tal venha acontecer.

Para esse efeito haverá um saldo inicial de tesouraria que deverá rondar este último valor, permitindo que na gerência em apreço, através dos mecanismos das alterações e revisões orçamentais, a sua incorporação permita assegurar e, por isso, viabilizar a execução das acções em causa.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Objectivo	Total	Dotação definida	Dotação a definir
FUNÇÕES GERAIS			
Serviços Gerais da Administração Pública	5.899.669	5.292.041	607.629
Segurança e Ordem Públicas	705.616	658.562	47.054
FUNÇÕES SOCIAIS			
Educação	6.841.899	5.720.500	1.121.399
Saúde	1.070	1.070	
Segurança e Acção Sociais	5.333.388	4.713.212	1.671.378
Habituação e Serviços Colectivos	20.474.840	18.274.840	2.200.000
Serv.Culturais, Recreativos e Religiosos	11.686.947	9.441.047	2.250.900
FUNÇÕES ECONÓMICAS			
Industria e Energia	406.000	406.000	
Transportes e Comunicações	9.992.303	8.242.403	1.749.900
Comércio e Turismo	1.016.501	512.002	504.499
Outras Funções Económicas	70.213	52.713	17.500
OUTRAS FUNÇÕES			
Transferência entre Administrações	5.191.227	4.291.227	900.000
Diversas não especificadas	697.748	424.748	273.000
TOTAL	68.317.421	58.030.365	10.292.057